



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 065

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 27 DE AGOSTO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	Ângelo Vanhoni
<i>Líder da Oposição</i>	Durval Amaral
<i>PTB</i>	Carlos Simões
<i>PFL</i>	Plauto Miró Guimarães
<i>PSDB</i>	Ademar Traiano
<i>PMDB</i>	Antonio Anibelli
<i>PPB</i>	Duílio Genari
<i>PT</i>	Luciana Rafagnin
<i>PDT</i>	Neivo Beraldin
<i>PSL</i>	Luiz Carlos Martins
<i>PL</i>	Chico Noroeste
<i>PPS</i>	Waldir Leite
<i>PSB</i>	Ratinho Júnior

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Garcia - Nelson Tureck (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 065ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
27 DE AGOSTO DE 2003**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Nereu Moura, secretariada pelo senhor deputado Delegado Bradock e pela senhora deputada Cida Borghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se em licença a senhora deputada Elza Correia (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nereu Moura**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 027/2003

Senhor Presidente:

Curitiba, 26 de agosto de 2003.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para apreciação por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso

anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica e dos encargos decorrentes desse serviço, dos consumidores, conforme especifica, cujos imóveis sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais, da área urbana e rural, e cujo consumo de energia, no mês, não ultrapasse 100 (cem) kwh (kilowatts-hora).

A medida, ora submetida a esse egrégio Poder Legislativo, consubstancia, indiscutivelmente, benefício social de grande expressão e justiça, eis que irá atingir as camadas mais pobres e necessitadas da população paranaense. Essas são, em linhas gerais, as metas do Programa “Luz Fraterna”.

Ao lado de outras ações do Governo do Estado o “Luz Fraterna” é uma das muitas contribuições para a erradicação da miséria e da fome, devendo atender 195.000 famílias em todo o Estado, correspondendo a aproximadamente 700.000 pessoas.

Os gastos com o “Luz Fraterna” atingirão anualmente o valor de R\$ 24 milhões, que serão repassados à Copel mensalmente pelo governo estadual por ocasião do encontro de contas entre ambas as partes.

O requisito de energia necessário é de 12.676.983 kwh/mês e será originário das sobras da Copel).

O “Luz Fraterna” justifica-se não apenas pela racionalidade de empregarem-se sobras de energia para garantir um mínimo de qualidade de vida aos cidadãos em situação de carência, mas também por razões humanitárias, visto que não podem os mesmos ser penalizados se, para comprar alimentos, tiverem que deixar de pagar por esse bem essencial.

Além disso, a melhoria das condições de alimentação, nutrição e vestuário tem sólida relação com a elevação do nível de saúde da população mais carente, reduzindo assim as despesas do Poder Público com o seu atendimento, bem como os afastamentos por doenças, faltas à escola e ao trabalho.

Assim, este projeto de lei dispõe sobre os critérios do Programa pelo qual o Poder Executivo Estadual fica autorizado a efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica de famílias que atendam aos requisitos necessários, denominado Programa “Luz Fraterna”, cujos domicílios sejam utilizados para fins exclusivamente residenciais, sendo monofásicos da área urbana e rural monofásico e biofásico até 50 (amperes), com consumo de energia mensal não superior a 100 kwh (kilowatts-hora).

Ademais, considerando que devido a razões estruturais e conjunturais do atual momento de desenvolvimento econômico e social do Paraná é grande o número de cidadãos carentes que têm dificuldades para manter em dia os pagamentos das faturas de energia elétrica; que a energia elétrica é serviço essencial para que a vida humana situe-se dentro de padrões dignos de conforto, higiene, segurança e saúde; e a energia elétrica é vital para a refrigeração e conservação de alimentos, evitando o seu desperdício e mantendo-os dentro de condições de con-

sumo; que a energia elétrica é também fundamental para atividades ligadas ao bom aproveitamento escolar, desenvolvimento social e cultural de crianças, jovens e adultos; e que existem sobras de energia no balanço de energia elétrica do Paraná, ficam claramente demonstradas a convivência e oportunidade da medida, assim como os elevados benefícios sociais que a presente proposição objetiva.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI Programa “LUZ FRATERNA”

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica e dos encargos decorrentes desse serviço dos consumidores beneficiários de algum dos Programas Sociais do Governo Federal relacionados no artigo 2º desta lei, cujos imóveis sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais da área urbana e rural e cujo consumo de energia no mês não ultrapasse 100 (cem) kwh (kilowatts-hora)

Parágrafo Único - Ficam excluídas do benefício as unidades consumidoras que:

- I - apresentarem sazonalidade de consumo;
- II - não estiverem ocupadas;
- III - não se caracterizarem como residência permanente, tais como sem consumo e de veranistas.

Art. 2º - Para beneficiar-se do Programa “Luz Fraterna” o consumidor deverá atender, cumulativamente, as seguintes condições:

a) Classe residencial:

I - ser da subclasse residencial baixa renda com atendimento monofásico, conforme a lei Federal nº 10.438, de 26.04.2002, regulamentada pelas Resoluções Aneel nºs 246, de 30.04.2002 e 485, de 29.08.2002;

II - estar o titular da unidade consumidora cadastrado na Copel como beneficiário de algum dos Programas Sociais do Governo Federal tais como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Vale Gás, além dos contemplados na Portaria Dnaee 190/96;

III - ter consumo até 100 kwh/mês;

IV - não possuir mais de uma conta cadastrada em seu nome;

b) Classe rural:

I - ser monofásico ou bifásico com disjuntor até 50 amperes;

II - ter consumo mensal até 100 kwh/mês;

III - não possuir mais de uma conta cadastradas em seu nome.

Art. 3º - O ressarcimento às concessionárias, autorizadas e permissionárias de energia elétrica situadas no

Estado do Paraná dos valores correspondentes ao benefício referido no artigo 1º, será efetuado mediante dotação no orçamento geral do Estado.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação, ficando revogadas a Lei nº 11.897, de 01.12.97 e demais disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Indicação:

INDICAÇÃO Nº 084/2003

Ao Exmo. Sr. Secretário da Segurança:

O deputado Barbosa Neto se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1) a criação e instalação de um Batalhão da Polícia Militar na Zona Norte - Cinco Conjuntos - de Londrina;

2) esta região possui aproximadamente 150 mil habitantes e não conta com Batalhão para atendê-la;

3) o 5º BPM, que atualmente atende a Zona Norte, se encontra totalmente sobrecarregado, e além disso, a distância de locomoção de uma viatura - cerca de 20km - aumenta as despesas com combustível e a demora no atendimento à população.

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) BARBOSA NETO

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1821

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa o arquivamento do Projeto de Lei nº 440, de sua autoria, protocolado em 18 de agosto de 2003, para declarar de Utilidade Pública a Associação Positiva Aliança Pela Vida, com sede e foro no município de Cianorte, haja vista a existência da Lei nº 13.921 de 2002.

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1832

Senhor Presidente:

A Bancada do Partido dos Trabalhadores, pelo seu líder que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, seja reservado e concedido o Horário do Grande Expediente do dia 1º de setembro de 2003, para fazer uso da palavra o gerente da Assessoria de Relações Institucionais da Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. - Eletrosul, senhor Antonio Cezar Q. Goulart.

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A Eletrosul, subsidiária da Eletrobrás e vinculada ao Ministério de Minas e Energia, atua no segmento de

transmissão de energia em alta e extra-alta tensão. Tem seu sistema de transmissão localizado nos Estados da Região Sul e no Mato Grosso do Sul, área que abriga um contingente populacional da ordem de 28 milhões de habitantes e que responde por 16% do PIB e 17% do mercado de energia elétrica do país.

A Companhia Paranaense de Energia - Copel, é uma das seis principais distribuidoras e clientes da Eletrosul. Portanto, é de interesse dos paranaenses saber como está sendo conduzida esta empresa de relevante importância para o nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 1822

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao prefeito licenciado do município de Maringá, José Cláudio Pereira Neto, externando votos de pesar em razão do falecimento de seu pai, senhor Raimundo Cláudio Pereira, nesta data, aos 72 anos, em Maringá.

Rogamos a Deus para que conforte a família enlutada neste momento de dor.

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1823

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do senhor Manoel Paulo Serpa ocorrido dia 20.08.2003, em Palmas-PR.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 20.08, faleceu na cidade de Palmas, o senhor Manoel Paulo Serpa, que era filho de Honório Linhares Serpa e Maria Joaquina Serpa. Deixa viúva a senhora Sebastiana Almeida Serpa e as filhas: Inez Erilea Almeida Serpa Rampazzo (secretária municipal da Educação), Daisy de Fátima Almeida Serpa, Rejane Maria Almeida Serpa, Rosane Aparecida Almeida Serpa Bonatto e Erli Aparecida Camargo Calinerda e sete netos.

O passamento de Manoel Paulo, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este parlamentar.

Manoel Paulo era muito bem relacionado, estimado por todos naquela região onde era agropecuarista.

Sua coragem, lealdade e prudência, nunca desmentidas, são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Sua família, a família que adorava despediu-se do amigo em lágrimas, dizendo que poderá repousar tran-

qüilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Serpa, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1834

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar, ao senhor José Cláudio Pereira Neto, prefeito de Maringá, pelo falecimento de seu pai, o senhor Raimundo.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Avenida XV de Novembro, 701 - Centro CEP 87013-230 - Maringá-PR.

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 1778

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos anais desta Casa, voto de congratulações, ao professor Vitor Domingos Martinez, de Cascavel, que atuou como chefe da delegação brasileira feminina de handebol, que alcançou com o maior brilhantismo a Medalha de Ouro dos Jogos Pan Americano de Santo Domingo.

Vitor Domingos Martinez, é funcionário da Paraná Esportes, Centro Regional de Cascavel, e atua como diretor do Departamento de Árbitros da Confederação Brasileira de Handebol.

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 1829

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de parabenização à CUT - Central Única dos Trabalhadores no Paraná, pela comemoração dos 20 anos de fundação.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Rua Clotário Portugal, 274 - São Francisco - Curitiba.

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 1836

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de sugestão ao chefe do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, no sentido de

tomar providências necessárias para a restauração dos monumentos símbolos expostos nas rodovias do Paraná no período do Governo do Dr. Paulo Pimentel e que atualmente se encontram em situação precária. Desta forma estaríamos resgatando um símbolo forte “Paraná - Aqui se Trabalha”, mais do que um mote publicitário, mais do que um monumento, uma marca indelével na história paranaense que caracteriza o espírito público e empreendedor deste grande administrador que é o Dr. Paulo Pimentel, hoje diretor-presidente da Copel.

Segue relação de algumas das rodovias, cujos monumentos simbólicos merecem atenção do DER: Maringá/Umuarama; Maringá/Paranavaí; Rolândia/Porecatu; Ponta Grossa/Itararé; Pato Branco/Três Pinheiros.

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1837

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja solicitada, em caráter de urgência, ao Exmo. secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Ferreira Delazari, proteção pessoal ao vereador de Ponta Grossa, Pascoal Adura - presidente da CPI Municipal que investiga irregularidades nos contratos da Lojistran.

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1819

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao secretário estadual da Segurança Pública do Estado do Paraná, Luiz Fernando F. Delazari, solicitando o aumento imediato do efetivo de investigadores de polícia e carcereiros, para a Delegacia Regional de Dois Vizinhos.

O presente requerimento se justifica em virtude da existência de elevada demanda dos serviços prestados pela delegacia e a carência existente do contingente naquele município, bem como o atendimento à solicitação do Poder Executivo Municipal, através do Ofício nº 739/2003.

Requer, após a decisão em Plenário, seja enviado expediente ao Edifício Caetano Munhoz da Rocha, Centro Cívico, CEP 80530-913, Curitiba / Paraná.

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 1820

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao secretário estadual da Segurança Pública do Estado do

Paraná, Luiz Fernando F. Delazari, sugerindo, na medida do possível, a implantação do Serviço de Atendimento à Mulher - SAM, junto à Delegacia de Polícia do Município de Dois Vizinhos, bem como viabilizar a nomeação de uma agente feminina para efetuar os atendimentos às mulheres.

O presente requerimento se justifica em virtude da existência de elevada demanda dos serviços prestados pelo SAM naquele município, bem como o atendimento à solicitação do Poder Executivo Municipal, através do Ofício nº 732/2003.

Requer, após a decisão em Plenário, seja enviado expediente ao Edifício Caetano Munhoz da Rocha, Centro Cívico, CEP 80530-913, Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 1826

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Roberto Requião, governador do Estado, solicitando a terceirização dos serviços de guarda nos presídios ou concurso público, para liberar os soldados disponíveis para o policiamento ostensivo nos municípios de Cambé, Ibiporã, Tamarana e Londrina.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente ao Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salete, s/n - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

O contingente da Polícia Militar de Londrina e região (Cambé, Ibiporã, Tamarana e mais oito distritos) compreende 850 homens, número inferior ao contingente de 1985. Destes, restam apenas 400 para o trabalho ostensivo, divididos em quatro grupos para turnos de seis horas em toda região. O restante do contingente divide-se em policiais que trabalham no setor administrativo, na Banda da Polícia, na segurança do quartel, à disposição de outros órgãos, trabalhos na oficina, no rancho, nos serviços de telefonia, ou então sob licença médica, licença para tratamento de saúde e licença-prêmio.

Para aumentar o contingente para o policiamento ostensivo, seria necessário terceirizar os serviços de policiais que fazem a segurança de quartéis e penitenciárias ou abrir concurso público para atender a demanda de toda a região.

REQUERIMENTO Nº 1828

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Roberto Requião, governador do Estado, solicitando a extensão da Academia da Polícia Militar do Guatupê à

região de Londrina para formação de treinamento de praças, cabos, sargentos e especialistas nos respectivos municípios: Cambé, Ibiporã, Tamarana e Londrina.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao Palácio Iguaçu - Pça. Nossa Senhora de Salette, s/n - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

Com a extensão da Academia da Polícia Militar nos municípios de Cambé, Ibiporã, Tamarana e Londrina, teríamos um baixo custo operacional e um aumento no número de policiais efetivos nas cidades, a que traria maior segurança à população. Londrina e região passa por uma crescente onda de violência. De janeiro a agosto deste ano Londrina já contabiliza 143 homicídios, a pouco mais de quatro meses do fim, já está perto do número total de assassinatos registrados em todo o ano passado - 161 mortes. A guerra de gangues também assola a região. No último domingo, uma criança de 9 anos foi atingida por uma bala perdida numa troca de tiros entre gangues rivais. O contingente da polícia militar de Londrina e região (Cambé, Ibiporã, Tamarana e mais oito distritos) compreende 850 homens, número inferior ao contingente de 1985. Destes restam apenas 400 para o trabalho ostensivo, divididos em quatro grupos para turnos de seis horas em toda região.

O restante do contingente divide-se em policiais que trabalham no setor administrativo, na Banda da Polícia, na segurança da penitenciária, à disposição de outros órgãos, trabalhos na oficina, no rancho, nos serviços de telefonia, ou estão sob licença médica, licença para tratamento de saúde e/ou licença-prêmio.

A extensão dos cursos do Guatupê disponíveis em Londrina e região facilitará a reciclagem profissional de policiais que não podem se locomover até Curitiba para permanecer em período de 30 a 90 dias para cursos de especialização.

REQUERIMENTO Nº 1830

Senhor Presidente:

Tendo recebido cópia do contrato de renovação da água e esgoto em Curitiba, e necessitando de maiores informações sobre o tema, o deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná, sobre a renovação do contrato de concessão de água e esgoto em Londrina e Curitiba, esclarecendo os seguintes itens:

1) qual o volume de recursos arrecadados pela Sanepar em todo o Estado? E em Curitiba e Londrina?

2) Qual é o valor dos investimentos destes recursos arrecadados em Curitiba e Londrina, na água, tratamento de esgoto, rede de água e de esgoto e demais serviços prestados pela Sanepar? (nos últimos 03 (três) anos).

3) Qual é o valor que a Sanepar está repassando para os sócios anualmente, antes e depois da (privatização) venda de 39,71% das ações?

4) Qual é o lucro nos últimos 03 (três) anos?

5) Quais cargos de direção da empresa (como está constituída a direção) e quais os cargos ocupados pelos sócios minoritários? Houve uma alteração no Conselho e Direção em 2003? Qual? (Nos remeter cópia da ata).

6) Qual é a dívida da empresa? E o nível de endividamento para os próximos anos? Qual é o cronograma de pagamento? Detalhar Londrina e Curitiba.

7) Há lançamento de esgoto *in natura* em rios das cidades de Londrina e Curitiba?

8) A operadora tem cobrado tarifas de esgoto sem prestar o serviço completo, ou seja, coleta, afastamento e tratamento?

9) O que é feito com os resíduos originados nas operações de tratamento das ETAS e ETES?

10) Qual o número de residências com esgoto e sem esgoto em Londrina e Curitiba?

11) Qual o percentual pago pela coleta, afastamento e tratamento de esgoto pelos usuários do Estado? Há diferenças entre Londrina e Curitiba?

12) Qual a estrutura tarifária adotada pelas concessionárias e quais os decretos estaduais que embasam tal estrutura? (Enviar decretos).

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná - Rua Engenheiros Rebouças, 1376 - Bairro Rebouças - CEP 80.215-100 - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 1827

Senhor Presidente:

Tendo recebido cópia do contrato de renovação da água e esgoto em Curitiba, e necessitando de maiores informações sobre o tema, o deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, pedido de informação ao Exmo. Sr. Roberto Requião, governador do Estado, sobre a renovação do contrato de concessão de água e esgoto da Sanepar no município de Curitiba e Londrina.

1) Qual o volume de recursos arrecadados pela Sanepar em todo o Estado? Em Curitiba e Londrina?

2) Qual é o valor dos investimentos destes recursos arrecadados em Curitiba e Londrina, na água, tratamento de esgoto, rede de água e de esgoto e demais serviços prestados pela Sanepar? (nos últimos 03 (três) anos)

3) Qual é o valor que a Sanepar está repassando para os sócios anualmente, antes e depois da (privatização) venda de 39,71% das ações?

4) Qual é o valor do lucro nos últimos 03 (três) anos?

5) Quais cargos de direção da Empresa (como está constituída a direção) e quais os cargos ocupados pelos

sócios minoritários? Houve uma alteração no Conselho e Direção em 2003/ Qual? (nos remeter cópia da ata)

6) Qual é a dívida da Empresa? E o nível de endividamento para os próximos anos? Qual é o cronograma de pagamento? Detalhar Londrina e Curitiba.

7) Há lançamento de esgoto *in natura* em rios das cidades de Londrina e Curitiba?

8) A operadora tem cobrado tarifas de esgoto sem prestar o serviço completo, ou seja, coleta, afastamento e tratamento?

9) O que é feito com os resíduos originados nas operações de tratamento das ETAS e ETES?

10) Qual o número de residências com esgoto e sem esgoto em Londrina e Curitiba?

11) Qual o percentual pago pela coleta, afastamento e tratamento de esgoto pelos usuários do Estado? Há diferenças entre Londrina e Curitiba?

12) Qual a estrutura tarifária adotada pela Concessionária e quais os decretos estaduais que embasam tal estrutura? (Enviar decretos)

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente a Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná - Rua Engº. Rebouças, 1376 - Bairro Rebouças - CEP 80.215-100 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 1779

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa de Distribuição de Leite para as famílias de baixa renda.

Questiona ainda, qual é o número de famílias atendidas pelo referido programa até a presente data em Ribeirão Claro, e quantas famílias estão cadastradas para receberem o benefício e que encontram-se aguardando atendimento?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1780

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa de Distribuição de Leite para as famílias de baixa renda.

Questiona ainda, qual é o número de famílias atendidas pelo referido programa até a presente data em Nova Cantu, e quantas famílias estão cadastradas para receberem o benefício e que encontram-se aguardando atendimento?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1781

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa de Distribuição de Leite para as famílias de baixa renda.

Questiona ainda, qual é o número de famílias atendidas pelo referido programa até a presente data em Campina da Lagoa, e quantas famílias estão cadastradas para receberem o benefício e que encontram-se aguardando atendimento?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1782

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa de Distribuição de Leite para as famílias de baixa renda.

Questiona ainda, qual é o número de famílias atendidas pelo referido programa até a presente data em Fernandes Pinheiro, e quantas famílias estão cadastradas para receberem o benefício e que encontram-se aguardando atendimento?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1783

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa de Distribuição de Leite para as famílias de baixa renda.

Questiona ainda, qual é o número de famílias atendidas pelo referido programa até a presente data em Imbaú, e quantas famílias estão cadastradas para receberem o benefício e que encontram-se aguardando atendimento?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1784

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa de Distribuição de Leite para as famílias de baixa renda.

Questiona ainda, qual é o número de famílias atendidas pelo referido programa até a presente data em Curi-

úva, e quantas famílias estão cadastradas para receberem o benefício e que encontram-se aguardando atendimento?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1785

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa de Distribuição de Leite para as famílias de baixa renda.

Questiona ainda, qual é o número de famílias atendidas pelo referido programa até a presente data em Imbituva, e quantas famílias estão cadastradas para receberem o benefício e que encontram-se aguardando atendimento?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1786

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa de Distribuição de Leite para as famílias de baixa renda.

Questiona ainda, qual é o número de famílias atendidas pelo referido programa até a presente data em Ivaí, e quantas famílias estão cadastradas para receberem o benefício e que encontram-se aguardando atendimento?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1787

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa de Distribuição de Leite para as famílias de baixa renda.

Questiona ainda, qual é o número de famílias atendidas pelo referido programa até a presente data em Ipiranga, e quantas famílias estão cadastradas para receberem o benefício e que encontram-se aguardando atendimento?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1788

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o

Programa de Distribuição de Leite para as famílias de baixa renda.

Questiona ainda, qual é o número de famílias atendidas pelo referido programa até a presente data em Teixeira Soares, e quantas famílias estão cadastradas para receberem o benefício e que encontram-se aguardando atendimento?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1789

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa de Distribuição de Leite para as famílias de baixa renda.

Questiona ainda, qual é o número de famílias atendidas pelo referido programa até a presente data em Arapoti, e quantas famílias estão cadastradas para receberem o benefício e que encontram-se aguardando atendimento?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1790

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa de Distribuição de Leite para as famílias de baixa renda.

Questiona ainda, qual é o número de famílias atendidas pelo referido programa até a presente data em Jaguariaíva, e quantas famílias estão cadastradas para receberem o benefício e que encontram-se aguardando atendimento?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1791

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa de Distribuição de Leite para as famílias de baixa renda.

Questiona ainda, qual é o número de famílias atendidas pelo referido programa até a presente data em Reserva, e quantas famílias estão cadastradas para receberem o benefício e que encontram-se aguardando atendimento?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1792

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa de Distribuição de Leite para as famílias de baixa renda.

Questiona ainda, qual é o número de famílias atendidas pelo referido programa até a presente data em Tibagi, e quantas famílias estão cadastradas para receberem o benefício e que encontram-se aguardando atendimento?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1793

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa de Distribuição de Leite para as famílias de baixa renda.

Questiona ainda, qual é o número de famílias atendidas pelo referido programa até a presente data em Ventania, e quantas famílias estão cadastradas para receberem o benefício e que encontram-se aguardando atendimento?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1794

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa de Distribuição de Leite para as famílias de baixa renda.

Questiona ainda, qual é o número de famílias atendidas pelo referido programa até a presente data em Pirai do Sul, e quantas famílias estão cadastradas para receberem o benefício e que encontram-se aguardando atendimento?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1795

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa de Distribuição de Leite para as famílias de baixa renda.

Questiona ainda, qual é o número de famílias atendidas pelo referido programa até a presente data em

Carambeí, e quantas famílias estão cadastradas para receberem o benefício e que encontram-se aguardando atendimento?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1796

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa de Distribuição de Leite para as famílias de baixa renda.

Questiona ainda, qual é o número de famílias atendidas pelo referido programa até a presente data em Castro, e quantas famílias estão cadastradas para receberem o benefício e que encontram-se aguardando atendimento?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1797

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa de Distribuição de Leite para as famílias de baixa renda.

Questiona ainda, qual é o número de famílias atendidas pelo referido programa até a presente data em Ponta Grossa, e quantas famílias estão cadastradas para receberem o benefício e que encontram-se aguardando atendimento?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1798

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa 1º Emprego.

Questionamos o número de jovens incluídos no referido programa no município de Ribeirão Claro até a presente data, e quantos já encontram-se cadastrados pela Secretaria, aguardando o chamado para o 1º emprego?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1799

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Traba-

lho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa 1º Emprego.

Questionamos o número de jovens incluídos no referido programa no município de Nova Cantu até a presente data, e quantos já encontram-se cadastrados pela Secretaria, aguardando o chamado para o 1º emprego?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1800

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa 1º Emprego.

Questionamos o número de jovens incluídos no referido programa no município de Campina da Lagoa até a presente data, e quantos já encontram-se cadastrados pela Secretaria, aguardando o chamado para o 1º emprego?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1801

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa 1º Emprego.

Questionamos o número de jovens incluídos no referido programa no município de Fernandes Ribeiro até a presente data, e quantos já encontram-se cadastrados pela Secretaria, aguardando o chamado para o 1º emprego?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1802

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa 1º Emprego.

Questionamos o número de jovens incluídos no referido programa no município de Imbaú até a presente data, e quantos já encontram-se cadastrados pela Secretaria, aguardando o chamado para o 1º emprego?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1803

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de cor-

respondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa 1º Emprego.

Questionamos o número de jovens incluídos no referido programa no município de Curiúva até a presente data, e quantos já encontram-se cadastrados pela Secretaria, aguardando o chamado para o 1º emprego?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1804

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa 1º Emprego.

Questionamos o número de jovens incluídos no referido programa no município de Jaguariaíva até a presente data, e quantos já encontram-se cadastrados pela Secretaria, aguardando o chamado para o 1º emprego?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1806

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa 1º Emprego.

Questionamos o número de jovens incluídos no referido programa no município de Reserva até a presente data, e quantos já encontram-se cadastrados pela Secretaria, aguardando o chamado para o 1º emprego?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1807

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa 1º Emprego.

Questionamos o número de jovens incluídos no referido programa no município de Tibagi até a presente data, e quantos já encontram-se cadastrados pela Secretaria, aguardando o chamado para o 1º emprego?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1808

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Traba-

lho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa 1º Emprego.

Questionamos o número de jovens incluídos no referido programa no município de Ventania até a presente data, e quantos já encontram-se cadastrados pela Secretaria, aguardando o chamado para o 1º emprego?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1809

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa 1º Emprego.

Questionamos o número de jovens incluídos no referido programa no município de Pirai do Sul até a presente data, e quantos já encontram-se cadastrados pela Secretaria, aguardando o chamado para o 1º emprego?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1810

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa 1º Emprego.

Questionamos o número de jovens incluídos no referido programa no município de Castro até a presente data, e quantos já encontram-se cadastrados pela Secretaria, aguardando o chamado para o 1º emprego?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1811

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa 1º Emprego.

Questionamos o número de jovens incluídos no referido programa no município de Ponta Grossa até a presente data, e quantos já encontram-se cadastrados pela Secretaria, aguardando o chamado para o 1º emprego?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1812

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Traba-

lho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa 1º Emprego.

Questionamos o número de jovens incluídos no referido programa no município de Imbituva até a presente data, e quantos já encontram-se cadastrados pela Secretaria, aguardando o chamado para o 1º emprego?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1813

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa 1º Emprego.

Questionamos o número de jovens incluídos no referido programa no município de Ivaí até a presente data, e quantos já encontram-se cadastrados pela Secretaria, aguardando o chamado para o 1º emprego?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1814

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa 1º Emprego.

Questionamos o número de jovens incluídos no referido programa no município de Ipiranga até a presente data, e quantos já encontram-se cadastrados pela Secretaria, aguardando o chamado para o 1º emprego?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1815

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa 1º Emprego.

Questionamos o número de jovens incluídos no referido programa no município de Teixeira Soares até a presente data, e quantos já encontram-se cadastrados pela Secretaria, aguardando o chamado para o 1º emprego?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1816

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Traba-

lho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa 1º Emprego.

Questionamos o número de jovens incluídos no referido programa no município de Arapoti até a presente data, e quantos já encontram-se cadastrados pela Secretaria, aguardando o chamado para o 1º emprego?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1817

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de correspondência à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando informações sobre o Programa 1º Emprego.

Questionamos o número de jovens incluídos no referido programa no município de Carambeí até a presente data, e quantos já encontram-se cadastrados pela Secretaria, aguardando o chamado para o 1º emprego?

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1818

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, solicitando a reconsideração na mudança procedida na Legislação Tributária do Estado do Paraná, para que continue sendo assegurado o direito a créditos de ICM's aos fabricantes de papel imprensa de nosso Estado.

Exemplificamos o pedido de reconsideração, pela situação em que encontra-se a Empresa Norske Skog do Brasil, que tinha um planejamento para investimentos nos próximos anos de U\$410 milhões no Estado do Paraná, gerando, no município de Jaguariaíva, 1500 novos postos de trabalhos.

Eliminando-se o direito aos créditos de ICM's torna-se praticamente impossível competir com o papel proveniente do exterior, o qual entra em nosso mercado isento de impostos.

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1833

Senhor Presidente:

Vimos através deste, mui respeitosamente, solicitar informações à Secretaria de Estado da Agricultura, sobre o processamento das Notas Fiscais números 109, de Francisco Roberto F. Franco e 011, de Bernardo Kruscolowski, referentes à venda de matrizes e novilhas leiteiras pelo Programa Paraná 12 Meses, produtos esses que não obtiveram a emissão de Contra Nota Fiscal, tampouco seu pagamento integral. Deve-se ressaltar que os produto-

res já citados necessitam de uma solução, pois precisam ou do cancelamento da 1ª via, ou da Contra Nota Fiscal.

Aproveitando ainda esta oportunidade, desejamos as mais sinceras felicitações e o nosso voto de mais alta estima.

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1835

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, informações em relação à doação de 150 microcomputadores e 75 impressoras para esta Assembléia Legislativa do Paraná pelo Banco Itaú S/A, tendo em vista o andamento da CPI do Banestado que apura diversas irregularidades no processo da venda do Banco Banestado para o Banco Itaú S/A.

E solicita ainda, que se forem doados os equipamentos de informática para esta Casa, que os mesmos sejam repassados imediatamente para escolas da rede pública estadual.

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 492/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

O artigo 1º da Lei nº 14.055 de 27 de maio de 2003, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Fica proibida a circulação de carretas e caminhões, sobre as balsas e ferry-boat, na travessia da localidade de Cabaraquara à cidade de Guaratuba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Na mencionada lei, no artigo 1º constou a travessia como Matinhos a Guaratuba, quando na verdade, ambos os lados pertencem ao município de Guaratuba; ou seja: lado Norte, a localidade de Cabaraquara que pertence ao município de Guaratuba e não Matinhos, como constou do artigo 1º da Lei nº 14.055 de 27 de maio de 2003.

Esta é a razão deste projeto de lei, que esperamos seja aprovado pelos nobres colegas deputados.

PROJETO DE LEI Nº 493/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A realização de sorteio destinados a angariar recursos para o fomento de desporto, instituído pela

Lei nº 11.035, de 02 de janeiro de 1.995, ficam reservados aos municípios do litoral paranaense: Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de reservar para os municípios do litoral paranaense, a realização de sorteios da modalidade denominada “Bingo”.

Já existe uma tendência, que é mundial, destinar para as localidades de veraneio a realização de jogos e sorteios.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta proposição que irá tirar os bingos dos grandes centros e colocá-los em municípios que somente recebem população em férias e com condições de arcar com as despesas inerentes do jogo.

O SR. PRESIDENTE (Nereu Moura)

No Pequeno Expediente, primeiro orador inscrito, deputado Barbosa Neto.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Peço desculpa ao deputado Barbosa Neto.

Antes do seu pronunciamento, eu gostaria de registrar a presença nas galerias, na Sessão de hoje, dos alunos do Colégio Gaspar Dutra, de Nova Santa Rosa liderada pelo professor Antonio Marcos, que estão aqui em Curitiba participando dos Jogos Colegiais, bem como os alunos da escola Planalto liderada pela professora Márcia, também do Colégio Estadual Novo Sarandi liderada pelo professor Gelson, que são alunos lá do Oeste do Paraná, lá de Nova Santa Rosa, interior do município de Toledo, Distrito de Novo Sarandi estão visitando hoje, a Assembléia já visitaram pela parte da manhã, almoçaram aqui, e a tarde vão alguns pontos na Capital do Estado.

Sem sombra de dúvida para nós deputados é um prazer muito grande receber os nossos estudantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nereu Moura)

Também, em nome da Mesa saudamos a todos. Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

Com a palavra o deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente Nereu Moura, senhoras e senhores deputados.

Mais uma vez subo à tribuna desta Casa para falar sobre a questão da segurança pública em nosso Estado.

Até parafraseando uma música de tom apocalíptico do nosso Roberto Carlos: “Abro os jornais e estremeço”.

Olha que não é nenhum jornal policial, mas a constatação da violência na cidade de Londrina.

Olhem o desabafo do Sr. José Pereira Ramos, de 61 anos, pai de um jovem de 27 anos, que morreu ontem após ter sido baleado durante um tiroteio, quando trabalhava dentro de uma fábrica na Zona Oeste de Londrina. “Os bandidos é que têm vez; a gente tem que pedir a Deus, porque aos homens, não adianta”. Esta é a descrença da nossa população em relação ao aparato do Estado, que tem a obrigação de conceder a todos os cidadãos paranaenses a chamada sensação de segurança que, infelizmente não ocorre já há algum tempo.

E, ainda nesse mesmo jornal: “vigilante morre ao tentar deter assaltante. Um vigilante de 24 anos foi proteger os passageiros de um ônibus de carreira, que fazia a linha São Jerônimo da Serra, quando acabou sendo assassinado.”

Hoje de manhã a Rede Globo de Televisão mostrou que uma criança de 9 anos, foi vítima de uma bala perdida, que só não morreu por um verdadeiro milagre.

Tudo isso nos faz constatar, lamentavelmente, que há uma desmoralização da Segurança Pública no Estado do Paraná.

Inclusive, cheguei a falar com o secretário, Dr. Luiz Fernando Delazari. Entendo que há problemas muito graves na Segurança em todo o Estado, mas solicito a ele uma atenção especial nesse momento tão difícil por que passa a cidade de Londrina, onde as gangues tomaram conta dos bairros mais populosos. Até agora o secretário não se dignou a atender uma convocação para uma audiência pública na Câmara Municipal da cidade de Londrina. Londrina é a segunda cidade mais violenta do sul do país que, infelizmente, já ultrapassou Foz do Iguaçu, que era considerada a cidade mais violenta do interior do nosso Estado.

Por isso, o apelo que eu faço é justamente este: para que haja um esforço concentrado, uma força-tarefa, quem sabe aos moldes até do que fez o secretário da Segurança do Estado do Rio de Janeiro, Antony Garotinho, que conseguiu emergencialmente diminuir o índice de criminalidade e as gangues que também aterrorizavam o Estado do Rio de Janeiro.

Já propus e consegui aprovar, na Sessão de anteontem, uma indicação para criação de uma delegacia especializada para o combate de homicídios na cidade de Londrina. Estamos aguardando o pronunciamento do senhor governador do Estado. Estou propondo, hoje, também, a indicação de um novo batalhão da Polícia Militar na cidade de Londrina na região dos cinco conjuntos, a Zona Norte da cidade, que possui cento e cinquenta mil habitantes. Cidades menores do que essa possuem o seu batalhão e o único batalhão que serve Londrina e algumas cidades da região metropolitana ficam a vinte quilômetros de distância da Zona Norte, que é uma das maiores vítimas da violência em nossa cidade.

Para finalizar, senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, eu gostaria de chamar aqui a

atenção das autoridades para que pudessem olhar com carinho esta nossa solicitação. É triste vermos nos jornais que empresas estão colocando chapas de aço para evitar que as balas perdidas atinjam os operários que estão trabalhando. Isto não acontece no Rio de Janeiro, mas está acontecendo na cidade de Londrina.

Muito obrigado, senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nereu Moura)

Segundo orador inscrito, o deputado líder do PDT nesta Casa, Neivo Beraldin.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas para fazer uma solicitação de informação à Mesa.

Hoje, comemora-se vinte anos da fundação de uma central sindical no nosso país que é a Central Única dos Trabalhadores - CUT. Há uma solicitação para que essa Central possa utilizar um espaço, ou do Pequeno, ou do Grande Expediente, para que a Assembléia Legislativa possa prestar uma homenagem a esta data comemorativa, a uma das entidades que representam os trabalhadores do nosso país.

Gostaria de saber se está previsto no nosso calendário de discussões.

O SR. PRESIDENTE (Nereu Moura)

Pois não, deputado Ângelo Vanhoni.

Teve um requerimento aprovado ontem, de autoria do deputado Natálio Stica, que reserva para o Grande Expediente da Sessão de hoje, um horário para o Sr. Rony Andersen Barbosa, presidente da CUT do Paraná.

Assim que terminar o Pequeno Expediente a palavra será concedida a ele.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Muito obrigado! Peço desculpas ao nobre deputado que fará uso da palavra, por ter interrompido a sua fala.

O SR. PRESIDENTE (Nereu Moura)

Com a palavra, o deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Uso a tribuna, hoje, para render uma homenagem aos funcionários que assessoram a CPI do Banestado. São vinte e um profissionais que trabalham continuamente para que possamos chegar com este trabalho a um relatório positivo, a favor da nossa população.

Quero destacar a importância do Ministério Público Estadual, oferecendo dois técnicos para trabalhar em conjunto com a nossa equipe para analisar os documentos e para que evidentemente possamos chegar a um resultado positivo.

Então, na semana passada telefonei para a procuradora de Justiça, Sra. Maria Tereza Gomes, e solicitei que se fosse possível o Ministério Público ceder alguns técnicos para que pudessem acompanhar os trabalhos da CPI, e imediatamente, esteve em nosso gabinete o subprocurador geral da Justiça, o Lineu, e disse: Nós estamos de acordo e junto com o procurador Luchinski, também se colocaram à disposição e ficou estabelecida uma agenda de trabalho com a presença do Ministério Público.

Também tem hoje a presença de dois funcionários do Banco Central, que, acostumados que estavam com a lida das operações, estão colaborando, e muito, para com a CPI.

Também temos dois técnicos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que estão colaborando de maneira decisiva.

E tem, evidentemente, todo o quadro da Assembléia Legislativa, que peço à Mesa que faça o registro com lidos os seus nomes, para que constem no Diário da Assembléia Legislativa e tem também uma auditora cedida pela Secretaria da Fazenda do Estado, que está trabalhando junto com essa equipe.

Então, são vinte e um profissionais que estão prestando o seu trabalho para o bom termo da CPI do Banestado.

Mas, senhor presidente, nós sabemos e queremos agradecer a V. Exa. também como 1º secretário, que preside a Sessão nesta hora, pelo apoio que tem dado à CPI do Banestado.

Mas, fiquei sabendo que o Banco Itaú estaria disposto a doar 150 computadores e mais algumas impressoras para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Eu acho que neste momento a Assembléia Legislativa receber esta doação, no momento em que a CPI está exatamente trabalhando, não pega bem. Quero fazer como sugestão a esta Casa, que, se recebendo esses computadores, remeta imediatamente à educação pública do Estado do Paraná, que possa então servir os alunos, ou remeta alguns computadores para o Hospital O Pequeno Príncipe, outros para a Santa Casa.

Enfim, faça doação para quem efetivamente não tenha orçamento para comprar computadores, porque eu entendo e sei da boa intenção em receber esses equipamentos, mas será que o HSBC não aceitaria dar mais computadores do que o Banco Itaú? Será que o Banco do Brasil, não poderia dar mais do que 150 computadores? Ou será que a Caixa Econômica Federal não poderia dar mais computadores a esta Casa do que o Banco Itaú?

Compreendo a boa vontade da Casa quanto do Banco. Mas, estamos num processo de investigação, estamos num processo de dois lados, sendo de um lado o Banco do Estado, de um lado aqueles que deram dinheiro, de um lado aqueles que não pagaram as contas, de um lado aqueles que estão sendo investigados. E nós, evidentemente, não entendemos ser de melhor atitude esta Casa passar a usar os computadores doados por um banco privado. Nós temos que dar exemplo: repassá-los

imediatamente para a rede pública de ensino ou para alguma área social, porque a Assembléia Legislativa tem orçamento para comprar tais computadores.

Concedo um aparte ao nobre deputado Pastor Edson Praczyk.

O Sr. Pastor Edson Praczyk

Estava observando o seu pronunciamento e estava comigo questionando se deveria ou não pedir este aparte. Respeito o seu ponto de vista, mas tenho acompanhado muito de perto o porquê dessa proposta ou dessa oferta do Banco Itaú, mais precisamente da vertente deles, a Itautec, que é o que cuida da parte tecnológica do Banco.

O nosso 1º Secretário tem, junto com os demais parlamentares, o desejo de ver esta Casa informatizada, saindo da pré-história para a atualização da informação. E ele leu em uma reportagem a doação de algumas centenas de computadores deste banco privado para o Tribunal de Contas e ele, muito astutamente, correto foi a solicitação, sem nenhuma segunda intenção, pura e simplesmente pensando no *modus operandi* de agilizar o processo de informatização da Casa e reduzir significativamente os custos que a Casa terá que desprender para realizar. E de pronto, nos consultou, consultou a Comissão que acompanha esse processo de informatização e todos nós, unânimes, achamos que seria muito positivo, reduzindo as despesas da Casa. E eu, particularmente, deputado Neivo Beraldin, acredito que não tenha nada a ver uma coisa a outra, porque sou testemunha e digo isso simultaneamente como parlamentar, que tento com muita lisura ser, e também como pastor, que não posso me desviar da verdade, de que em momento algum houve da parte do banco, em seus representantes, a intenção de nos agradar para amenizar as investigações que V. Exa. e todos os demais membros da CPI estão fazendo muito bem por sinal.

Então eu, particularmente, afirmo que foi uma idéia positiva e se estivesse na minha mão a responsabilidade de decidir, acho que não atrapalharia, não.

O SR. NEIVO BERALDIN

Deputado Edson Praczyk, por isso que entendo a posição da Casa, mas que faça a doação imediatamente. Se o Ministro Dirceu recebeu o Rolex, e lá está escrito que não pode se receber doação além de R\$100,00, por que a Assembléia do Paraná vai receber cento e cinquenta computadores de um banco privado?

Pode receber mas que faça imediatamente o repasse para uma instituição de caridade ou para uma instituição de educação pública do Estado do Paraná, porque não quero manusear computador pago pelo Banco Itaú! Quero, sim, ver a Casa informatizada mas a Casa tem orçamento para isso, esta função é nossa, a responsabilidade é nossa, mas não quero manusear computador pago pelo Banco Itaú.

Sinceramente, não posso aceitar, na condição de homem público, uma doação de um banco privado que

tem intimamente interesses ligados ao setor público do Estado do Paraná.

Então, abro mão dessa prerrogativa!

Agradeço, senhor presidente, e encaminharei à Mesa para que seja discutido o repasse desses computadores para a rede pública de ensino estadual ou para uma instituição de caridade. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nereu Moura)

Asseguro a V. Exa. que os computadores não serão instalados no seu gabinete, conforme V. Exa. está pedindo.

Terceiro inscrito no Pequeno Expediente, deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados:

Venho a esta tribuna, no dia de hoje, para dizer que estou encaminhando à Mesa da Assembléia Legislativa um requerimento, para ser encaminhada uma correspondência ao senhor secretário do Trabalho e Promoção Social, Padre Roque Zimermann, para que nos passe a informação sobre o Programa de Distribuição de Leite no Estado do Paraná.

A preocupação que temos, é que a cidade onde moro e represento, nenhum dos municípios que a compõem, recebeu o leite para as crianças, de acordo como foi anunciado durante o período eleitoral, na campanha eleitoral, pelo candidato a governador, na época, Roberto Requião. A Região dos Campos Gerais, senhores deputados, é composta por vinte e um municípios e nenhum desses municípios está dentro do programa do leite.

Vejo, pelas informações que tive, que o lançamento desse programa foi feito no Vale do Ribeira, nobre deputado Litro, e algumas crianças do Vale do Ribeira estão recebendo o leite gratuito do governo do Estado do Paraná.

Daí, eu pergunto, deputado Duílio Genari, qual é a diferença que tem uma criança que mora no Vale do Ribeira para uma criança que mora na cidade de Ponta Grossa? Qual é a diferença que tem, sendo que os pais dessas crianças recebem menos que um salário mínimo, e a do Vale do Ribeira recebe o leite, e a de Ponta Grossa e dos Campos Gerais, nenhuma está recebendo?

Será que a fome é diferente de quem mora no Vale do Ribeira?

Será que a fome não é a mesma coisa de uma criança que mora nos Campos Gerais e no Vale do Ribeira, nobre deputado Ratinho?

Então, está aqui o alerta. Estou encaminhando à Casa, quero saber das informações, e espero que o compromisso que o governador do Estado assumiu no primeiro dia de governo, que todas as informações serão dadas em cinco dias. Eu espero que as informações cheguem em cinco dias, porque outros pedidos de informações que fizemos para a Secretaria da Educação do Estado do Paraná demoraram cinco meses para chegar. E

eu espero o porquê de os municípios dos Campos Gerais não fazerem parte do Programa do Leite que o governador do Estado tanto anunciou e tanto falou quando era candidato a governador, e mais de nove meses já se passaram, deputado Jocelito, e a nossa Ponta Grossa e os Campos Gerais há nove meses estão aguardando do governador, do Padre Roque, a entrega do leite para as crianças.

E quero também, aproveitando falar aqui da presença do ex-secretário e advogado Cid Campêlo, que esteve na Casa, da CPI da Copel, no dia de ontem, e trouxe mais uma nova denúncia. E isso faz com que todos nós tenhamos preocupação, sim, nobre deputado Ângelo Vanhoni, de investigarmos quem está falando a verdade: se é o governador do Estado do Paraná quando diz que não recebeu dinheiro dos bingos, e não consta na prestação de contas dele, ou o presidente do Sindicato dos Bingos, ou o advogado do Sindicato dos Bingos, ou presidente dos funcionários dos Bingos, que dizem que deram duzentos mil reais para a campanha do governador Roberto Requião.

Nós queremos esclarecer, eu tenho a obrigação de buscar a verdade, nós temos que saber o que aconteceu: um lado diz que entregou os duzentos mil reais para a campanha, o outro diz que não recebeu. Quem está mentindo?

Essa CPI, que eu espero ter o apoio dos deputados, em especial do Partido dos Trabalhadores, que tanto pregaram no passado a transparência, que tanto pregaram no passado que temos que investigar, temos que trazer à tona, temos que informar a sociedade paranaense de problemas irregulares que possam acontecer no processo...

Senhor presidente, solicito o Horário da Liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Nereu Moura)

V. Exa. poderá utilizar o Horário da Liderança do seu Partido.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Então, está aí uma discussão: estamos pedindo uma CPI.

E o secretário Cid Campêlo, ontem, deixou claro que a esposa do vice-presidente do Sindicato dos Bingos foi nomeada na Cohapar - está em cargo de comissão!

Precisamos investigar tudo isso, deputado Vanhoni. Nossos nobres deputados, do Partido dos Trabalhadores, que tanto pregam a transparência do processo eleitoral e da vida pública, agora, é o momento da investigação. Vamos investigar! Para investigar, vamos montar uma CPI, bem ampla, para que possam participar todos os partidos, para trazermos e elucidarmos tudo.

O SR. JOCELITO CANTO

Eu gostaria de me associar ao seu pronunciamento, quando V. Exa. fala do leite. A gente está aqui o dia inteiro nesta Casa e não se percebe.

Em relação ao leite, o governador prometeu, e eu acompanhava e me lembro bem da campanha, na qual ele dizia que todas as crianças do Paraná teriam leite. Pode dizer o nosso Líder do Governo, de repente, que o governo está quebrado. Mas o governador, quando foi candidato, sabia da situação financeira em que se encontrava o Estado. Tanto é que ele propagou aos quatro cantos do Estado, que o Paraná devia 20 bilhões. Todo mundo ouviu isso. Se o governador sabia que o Paraná devia 20 bilhões, ele jamais poderia ter assumido esse compromisso de dar leite de graça para todas as crianças do Paraná.

Quero me associar ao seu pronunciamento e dizer que concordo plenamente com V. Exa., de que se tem leite aqui e em pequenas cidades, a nossa cidade, os bairros mais pobres de Ponta Grossa, uma das cidades tem crianças, que mais precisam de leite, precisam já! O secretário é de Ponta Grossa - pelo menos rezou umas missas por lá, antigamente. Pelo menos o leite vá para Ponta Grossa também.

Quero cumprimentar V. Exa. por esse pronunciamento. Acho que, se é para dar leite para uma cidade, tem que dar para o Paraná inteiro.

O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Senhor presidente, desculpe-me interromper essa acalorada discussão muito importante, mas eu gostaria apenas de fazer um esclarecimento, de uma informação que acabo de receber do repórter e jornalista Cândido Oliveira, da Rádio Paiquerê de Londrina, que o policial Ademir Pontes, que cuidava exclusivamente do caso que apura e que vai fazer o inquérito sobre o atentado contra este deputado, acabou de receber dois disparos de arma de fogo, no Bairro Batel, quando deixava o seu filho na escola e está internado em estado grave. O motoqueiro chegou, tirou o capacete e descarregou duas pistolas contra ele e dois tiros o acertaram. Eu gostaria de comunicar, aqui, a todos, a respeito dessa triste informação, uma grave situação.

A gente gostaria de pedir a esta casa, que reforçasse também o pedido junto ao secretário da Segurança Pública, para tomar as medidas mais enérgicas em relação à apuração desses fatos, porque isso nos faz constatar, que algo de muito forte esteja por trás do que um simples atentado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Recebemos a comunicação que nos preocupa e a Comissão de Segurança, certamente tomará as providências.

Pedindo escusas ao deputado que usa a tribuna, pela ordem, concedo a palavra ao deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Gostaria de esclarecer ao deputado Plauto Miró, que faz uso da tribuna, que eu tinha lhe pedido um aparte,

mas como o deputado Barbosa Neto trouxe uma notícia que nos entristece a todos, gostaria que V. Exa., como vice-presidente, chamasse o presidente da Comissão de Segurança e solicitasse que esta convide o delegado-geral da Polícia Civil do Estado do Paraná ou o secretário da Segurança, para estar aqui para tomar conhecimento de como andam as investigações e a gravidade do caso, do que diz respeito ao deputado Barbosa Neto. É um deputado que já recebeu uma intimidação, através de disparos de armas de fogo. Não podemos permitir que esse tipo de coisa continue acontecendo! É dever constitucional desta Casa e a Presidência tem o dever constitucional e regimental, de zelar pela integridade física dos deputados estaduais!

Eu gostaria que V. Exa. tomasse todas as providências necessárias e não apenas mandar um recado para a Comissão de Segurança, mas que convoque, enquanto Mesa Executiva, a Comissão de Segurança, para que tome providências. E se assim não o fizer, que V. Exa. ou o presidente da Casa o faça.

Esta foi uma sugestão, senhor presidente, gostaria de prosseguir.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Deputado Vanhoni, só para responder a primeira parte. O deputado Bradock, presidente da Comissão de Segurança, já vai tomar as providências.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. ÂNGELO VANHONI

O deputado Carli gostaria de usar da palavra antes; eu usarei depois.

O Sr. Fernando Ribas Carli

Muito obrigado, ilustre líder do governo. Agradeço também ao ilustre deputado Plauto Miró, líder do PFL, e gostaria de parabenizá-lo pelo pronunciamento desta tarde - como colocou o deputado Jocelito Canto no seu aparte, um assunto que muitas vezes fica esquecido. Normalmente as promessas de campanha caem no esquecimento. E hoje até, deputado Plauto, eu, sintonizado numa das rádios, a pessoa que faz o comentário político falou que promessa de político é igual às pegadinhas de televisão, quer dizer, virando gozação, porque os políticos não cumprem com sua palavra.

Mas o senhor colocou muito bem a questão do leite. Nós estamos esperando o cumprimento da promessa do leite. Eu sou de Guarapuava, município do Centro-Sul do Estado, com 160.000 habitantes e tem uma periferia, onde tem pessoas necessitadas e nós não estamos recebendo o leite.

Por que a discriminação, se em período eleitoral a promessa feita foi que todas as crianças iriam receber um litro de leite e hoje essas crianças estão esperando o litro de leite! E nós queremos saber quais são as ações do governo, as ações por parte da Secretaria responsável por esse trabalho. Onde é que está o leite? Inclusive eu tomei

conhecimento do projeto, projeto amplo, que dizia que a doação do litro de leite ia alavancar a produção leiteira do Estado do Paraná, fazendo com que os pequenos produtores de leite tivessem condições de vender o seu produto por um preço melhor. Isso iria viabilizar a atividade econômica, como um todo, e até agora nós não pudemos assistir a essa distribuição do leite!

Da mesma forma, deputado, a questão da luz que não foi repassado, só que é uma grande injustiça aqui e já foi colocado, muito bem, pelo deputado Elio Rusch, porque quem não paga as contas em dia são os pobres. Os pobres nunca estão com as contas em dia e nós, deputados, políticos, sabemos quantas destas pessoas batem às nossas portas pedindo para pagarmos as contas de luz, porque são pobres, que não conseguem pagar a conta de luz!

Quero parabenizá-lo, deputado, pelo seu pronunciamento, na questão importante do resgate do compromisso de campanha. O povo do Paraná está esperando, mais ainda as criancinhas do Paraná, esperando pelo litro de leite.

Muito obrigado.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Queria contribuir, deputado Plauto Miró e deputado Fernando Ribas Carli, que faz um belo questionamento a respeito do programa do leite.

É preciso dizer que o programa do leite é um programa assistencial da linha de compensação que o governo do Estado está fazendo para as famílias pobres, para as crianças carentes. Todos nós sabemos que se as crianças, nesta faixa de idade, de 0 a 6 anos, não tiverem as proteínas necessárias para o seu crescimento, a sua função - do ponto de vista cognitivo e emocional - pode estar precocemente atingida, de forma definitiva, a prejudicar o seu desenvolvimento intelectual quando na juventude ou na adolescência.

Então por isso o governo do Estado anunciou, durante a campanha eleitoral, o então senador, candidato Roberto Requião, um programa para atender às crianças sobretudo de baixa renda no nosso Estado. E assim está sendo feito, já são 31 cidades no Estado do Paraná que estão sendo atingidas pelo programa do leite, principalmente aquelas cidades onde o IDH, o estudo de desenvolvimento dessas cidades, de desenvolvimento humano, atinge os índices piores. Por exemplo, como a cidade de Curitiba não atinge o índice de desenvolvimento humano, é baixo; nós sabemos disso. Aqui em Curitiba, a distribuição do leite também vai chegar. O governo do Estado está nesse primeiro momento atingindo com o seu programa, lá naquelas cidades, naqueles rincões, no interior do nosso Estado, onde as famílias pobres, os mais carentes, têm todas as dificuldades possíveis. Essas crianças precisam de um atendimento imediato. Então, já são 31. Possivelmente na sua região, nos Campos Gerais, tem muitas crianças que necessitam. Essas crianças chegarão ao momento de estarem integradas no programa. pro-

grama que o senhor levantou e que o deputado Ribas Carli levantou no que diz respeito à energia elétrica.

É preciso dizer que a Copel no segundo semestre do ano passado teve um prejuízo contábil na ordem de 332 milhões de reais; não apresentou lucro. Por uma vez na sua história apresentou prejuízo. O governador Requião, quando assumiu o Governo do Estado, agora em janeiro, se defrontou com uma situação terrível do ponto de vista da administração da empresa. V. Exa. e o deputado Ribas Carli sabem que o ex-governador Jaime Lerner quis vender e privatizar a Copel. Aliás, fizeram de tudo para privatizá-la, inclusive as transformações, as modificações. Só de contrato com a EUG e a CIEN, era perto de 1 bilhão e 300 milhões de reais ao ano, que nós iríamos ter que gastar! Pois bem, esses primeiros seis meses houve um saneamento da Copel. E fizemos uma repactuação desses contratos. No lugar de pagar 800 bilhões com a CIEN, vamos pagar 330. E um contrato de 20 anos, diminuímos para 7.

E, nesse semestre, deputado Plauto Miró - pasmem - foi divulgado o balanço da Copel: apresentou um lucro líquido na ordem de 267 milhões de reais, que foi publicado oficialmente nas páginas de todos os jornais brasileiros. Com isso, depois de todos os estudos, o governo teve hoje a felicidade de trazer para a Assembléia Legislativa um projeto de lei que estabelece que todas as famílias carentes do Estado do Paraná que consumirem até 100kw, terão isenção. Sabe quantas famílias carentes serão atingidas por este programa? Perto de 200 mil famílias, vai atingir quase 1 milhão de pessoas no nosso Estado! Ora, o senhor vai dizer que isso é pouco, que isso não é bastante? Isso é bastante! Não! Isso é muito! O governador está ajudando as famílias mais pobres, as famílias carentes a ter qualidade de vida um pouco melhor. Essas que o deputado Ribas Carli está preocupado, que são aquelas que não pagam, que atrasam e que precisam da luz para que a geladeira fique ligada, para ter um alimento saudável, para ter a luz acesa à noite, para que as crianças possam estudar. Essas famílias carentes, deputado, essas serão atingidas!

V. Exa. está equivocado! Os inadimplentes a quem o senhor se refere, são aqueles que têm uma renda superior a 3, 4 salários mínimos, porque a Copel tem toda estratificação. Quem tem renda superior não entra no programa de isenção. Não pode entrar! É assim para todo o Brasil. O governo tem que ajudar aqueles que têm renda baixa, aqueles que estão com dificuldade mesmo. E nesse sentido, estamos dando isenção. Por isso, o senhor pode ficar tranqüilo. Aqueles que mais precisam vão ser atendidos para a política do governo. No Governo do Roberto Requião, no nosso governo, pode ter certeza, proposta a proposta, promessa a promessa da campanha, nós estamos realizando. O programa do leite é uma realidade. E agora o programa da energia elétrica, daqui a 30 dias, passará a ser uma realidade no Estado do Paraná.

Deputado Plauto Miró, só não posso concordar com V. Exa. com relação aos bingos. V. Exa. há de convir

comigo, o seu líder da Oposição é o deputado Durval Amaral, é um advogado, é um homem que conhece a justiça, conhece a lei. O senhor imagine se amanhã, surgir uma pessoa e disser o seguinte: eu entreguei 200 mil reais para um deputado da Assembléia Legislativa para que votasse uma lei. Imagine uma cena dessa, e esse cidadão resolvesse entregar em cartório isso, fosse lá, sentasse e dissesse: quero testemunhar que eu entreguei 200 mil reais para o deputado votar no projeto de lei e ele não votou.

Pergunto: com base nessa declaração, sem nenhum outro indício, sem nenhuma outra prova, mas com base numa declaração como esta, a Assembléia Legislativa deveria abrir uma CPI a respeito dessa acusação? É claro que não! O que o Sindicato dos Bingos tem que fazer, no mínimo, é apresentar algum indício da veracidade dessas denúncias que estão sendo formuladas.

Tem uma senhora que faz uma declaração, testemunha em cartório, a imprensa já noticiou. O Partido dos Trabalhadores, a Bancada que dá sustentação do Governo do Estado não tem o menor constrangimento em assinar uma CPI dos Bingos, mas, queremos indícios concretos de que realmente alguma irregularidade aconteceu.

O Governo fechou os bingos no Estado do Paraná. V. Exa. sabe disso, e sabe que eles estavam atuando de maneira irregular. Então, há suspeitas de que pode ter leviandade nessas denúncias. V. Exa. que é um homem honrado, que é um homem lúcido, também tem que considerar.

Obrigado deputado Plauto Miró.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Senhor presidente, o deputado Ângelo Vanhoni citou o caso de que só pode abrir uma CPI quando há indícios. Acho que há indícios para uma CPI, no meu ponto de vista, porque nosso governador, o governador Roberto Requião disse publicamente ao Estado do Paraná, que as casas de bingo são uma lavagem de dinheiro sujo. Então não há maior indício do que isso. Acho que se partirmos para o discurso do deputado Vanhoni, acho que o indício vem das palavras do governador que diz em todo canto que os bingos são lavagem de dinheiro podre, sujo. Se o governador - o maior mandatário deste Estado, diz que tem sujeira nos bingos, está aí o indício. Não precisa nem ver essa questão se tem dinheiro de bingo na campanha do Requião ou não. Mas tem que ver o que ele afirmou: "É lavagem de dinheiro os bingos do Paraná".

Então é isso que eu gostaria de dizer e completar o que disse, agora, o deputado Vanhoni, indício tem, e o indício foi dito pelo governador Roberto Requião.

Muito obrigado.

O SR. PLAUTO MIRÓ

Só para completar: com relação aos indícios das denúncias do dinheiro doado pelos bingos, ficou claro numa fita - estou de posse dela e posso entregá-la a quem

tiver dúvida, que aquelas pessoas que faziam a arrecadação para o candidato a governador Roberto Requião, estavam dentro de uma casa de bingo fazendo um discurso político, pedindo votos. Isso mostra, claramente, a ligação muito próxima que existe entre essas pessoas e as casas de bingo do Estado do Paraná.

Outra coisa: a denúncia do Sr. Cid Campêlo, no dia de ontem, de que a esposa do vice-presidente de Sindicatos de Bingos do Paraná foi nomeada na Cohapar! Mais um indício para investigarmos: é verdade ou não é? A CPI, na minha avaliação, é de suma importância.

Com relação, à questão de leite, na campanha eleitoral ficou claro para mim: todas as crianças de famílias que ganham menos de um salário mínimo vão receber um litro de leite. Nos Campos Gerais, deputado Stica, nenhum município faz parte desse programa. Será que a fome das crianças que moram no Vale da Ribeira é diferente da fome das crianças que moram no município de Ponta Grossa, de Palmas, de Castro, nos Campos Gerais? Na minha avaliação a fome é igual a todas as crianças no Estado do Paraná.

Com relação à energia elétrica, a empresa Copel, de acordo com as palavras do deputado Ângelo Vanhoni, transformou-se. Deste ano para cá, virou uma grande empresa tendo altos lucros. Não foi privatizada como falou o deputado Vanhoni. Então, fica claro: a Copel é nossa, a Copel é do povo do Paraná. Se a Copel é nossa, por querer em que aumentar 22%, quando mostrei na tribuna ontem a minha conta de luz, na minha residência em Ponta Grossa que veio com 22% de aumento na energia elétrica, com relação a esse programa de insentar até 100 kilowatts. Parabéns ao governador do Estado do Paraná. Com certeza vai estar ajudando pessoas carentes do Estado. Só que se a Copel está tão boa quanto diz, porque aumentar o preço da tarifa e depois vai e diz “A Copel é nossa”.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Gostaria de anunciar a presença nesta Casa de Leis, do vice-prefeito de Pontal do Paraná, companheiro Zeca do PT.

Seja bem vindo!

Concedo a palavra ao deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhores deputados.

Gostaria de saudar inicialmente, com muita satisfação as presenças dos alunos da 4ª série do Colégio São Luiz, coordenados pela Marinete e pelas professoras Carmem e Bianca. São jovens que vieram aqui prestigiar. Estão conhecendo Curitiba, conhecendo o Palácio; vieram aqui num dia de bastante debate.

Então a nossa saudação aos jovens e às professoras que estão aqui, em nome do povo de Ponta Grossa.

Ouvi o pronunciamento do deputado Plauto Miró. Concordo com ele na história do leite. Se o governo não

tem vaca para dar leite, não foi isso que foi prometido em campanha. Então que o Governo compre leite, dê leite, porque a fome exatamente na região aqui está recebendo, não é diferente de Ponta Grossa e dos Campos Gerais!

É por isso, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, que o senador Álvaro Dias rompeu o silêncio e está no Diário dos Campos de domingo, uma matéria que diz: “Álvaro classifica Requião de estelionato eleitoral”. Está aqui, no jornal Diário dos Campos, de Ponta Grossa, numa alusão às promessas não cumpridas por Requião. Então, bate com a história do leite. Que a barriga do povo de uma mesma região, não é a mesma.

Essa é a primeira denúncia. A segunda quero chamar a atenção desta Casa, que o deputado Barbosa fez uma denúncia pesada aqui, sobre segurança.

Estou trazendo um pedido a esta Casa, ao Secretário da Segurança do Estado do Paraná, porque um vereador em Ponta Grossa, está sendo ameaçado de morte, porque investiga uma empresa. Ele, que abriu a CPI na Câmara de Ponta Grossa, era vereador do PT; abandonou o PT, porque não conseguia mais conviver com o governo do PT de Ponta Grossa. Saiu do PT e abriu uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a Longistran, a empresa conhecida aqui no Paraná. Ele está sendo ameaçado de morte e também a sua esposa.

Quero chamar aqui a atenção do secretário da Segurança e também ao delegado geral de Polícia. Disse-ram que quem manda na Polícia Civil é a mulher do delegado, mesmo o Requião tendo-a afastado! quem manda é a mulher do cara!

Então, gostaria de pedir, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, segurança para esse vereador, que abriu uma CPI para investigar a Longistran, uma empresa que ganhou uma licitação feita em Ponta Grossa, pois há indícios de favorecimento. O presidente dessa empresa é nada mais nada menos que o seu Garroni Reque! E quem está dando consultoria é um funcionário do Paraná, chamado Jacobi, que está na Sanepar, recebe salário da Sanepar, e pela informação que eu tenho, ainda consta na folha de pagamento da Longistran e recebe do município de Ponta Grossa, por prestar esse atendimento lá, também.

Então, quer saber aqui, se pode ser funcionário do Estado e prestar assessoria. Inclusive, dizia o deputado Plauto aqui, que a Longistran - nada contra - deu dinheiro na campanha do governador Roberto Requião. É colaboradora de campanha do governador Roberto Requião. Qualquer empresa pode dar dinheiro, ninguém é impedido. A Longistran deu dinheiro na campanha do governador Roberto Requião, está na prestação de contas. Quero saber o seguinte: pode acontecer isso?

Quero segurança para o vereador, porque estão ligando todo dia, que vão mandá-lo para o “beleléu”, para baixo da terra, porque ele está investigando isso aqui. Essa mesma Longistran ganhou em Cascavel, ganhou em Blumenau e ganhou também lá na cidade em que o prefeito morreu, em São Paulo. Quero levantar isso para que

o povo do Paraná saiba o que está acontecendo e pedir segurança para esse vereador, ex-petista, e que hoje abre uma CPI. E a carta-convite que cobriu nas três cidades, é de um cunhado do Garroni.

Senhor presidente eu estou preocupado principalmente com a segurança desse vereador, atuante, e neste momento está sendo ameaçado de morte. Já mataram um deputado e até agora não aconteceu nada! Já atiraram num deputado, e agora num policial que está cuidando do caso do deputado Barbosa Neto! Alguma coisa tem que ser feita, senão daqui a pouco eu vou receber um telefonema lá, em Ponta Grossa, dizendo que mandaram para o cemitério o vereador também.

Peço à Assembléia que tome as providências em relação a este caso.

É esse o esclarecimento que eu queria fazer e, mais uma vez pedir as providências nessa Casa.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Qual é a irregularidade que está acontecendo lá?

O SR. JOCELITO CANTO

A CPI está investigando a Longistran, favorecimento na licitação. Há uma CPI aberta e a minha preocupação é que esse vereador está sendo ameaçado de morte. Não estou dizendo aqui que alguns desses que eu estou citando quer matá-lo, mas estou pedindo segurança porque ele está sendo ameaçado a todo o instante. Não estou aqui acusando que alguém vai mandar matá-lo, só estou dizendo que essa empresa está sendo investigada lá, em Ponta Grossa. É isso que eu queria deixar bem claro, pela questão de segurança desse vereador e que é um ex-membro do PT.

Só isso que eu queria falar, senhor presidente e senhores deputados e pedir a atenção do deputado Bradock: o senhor, que é da Comissão de Segurança e que é um pontagrossense, que também preste atenção neste caso, porque é grave essa denúncia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Próxima oradora inscrita, deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, visitantes, professores, alunos. Queria saudar a equipe de Trabalho da Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social que está aqui, e também a todos os companheiros da CUT, cumprimentando o presidente, Roni Barbosa.

Observando o pronunciamento do deputado Jocelito, é claro que nos deixa preocupados, mas gostaria de dizer que o PT nunca foi contra a investigação e vamos esperar que sejam apurados os fatos. Acredito que não temos nada a temer e nem nada a esconder. Mas nos preocupa a forma como foi colocada a questão de segurança.

O governo Péricles sempre trabalhou muito aberto, e esperamos que haja investigação e esclareça toda essa situação.

O deputado Plauto aqui falava da distribuição do leite. Então só para informá-lo, a coordenação da distribuição vem sendo feita pela Secretaria da Agricultura e não pela Secretaria do Padre Roque, e já está atendendo dez mil crianças. 32 municípios já estão sendo contemplados.

Acreditamos que, da forma como iniciou, com muita vontade de realmente implantar esse programa, logo estará contemplando todos os municípios do nosso Estado.

O critério utilizado foi realmente a região mais carente, que é a região do Vale do Ribeira e a região central.

Queremos que isso seja estendido a todas as crianças pobres que necessitam do leite. Não foi apenas uma promessa de campanha.

Temos certeza que logo estaremos atendendo todas as crianças que necessitam do leite e do apoio do governo do Estado do Paraná.

Quero registrar aqui a presença da vereadora do município de Dois Vizinhos, Maria Marli (PT), que acompanha a Sessão de hoje, e parabenizar a nossa Central Única dos Trabalhadores CUT, que comemora os seus vinte anos.

Gostaria de dizer que nos anos 80 o Brasil foi marcado por um processo de reorganização da sociedade civil. Após anos de ditadura militar, diversos setores sociais passaram a expressar publicamente e exigir a cidadania. E a CUT sempre teve um papel fundamental, uma entidade de representação sindical e muitas pessoas passaram já pela CUT, muitas personalidades políticas, como é o caso do nosso presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. Isso é importante para a Central, que vem sempre defendendo o direito dos trabalhadores, a questão salarial e, acima de tudo, a cidadania.

Senhor presidente, gostaria de reforçar aqui o requerimento que demos entrada na data de hoje, no qual há um pedido também do prefeito de Dois Vizinhos. Estamos solicitando ao secretário da Segurança do Estado do Paraná, um serviço de atendimento à mulher, naquele município. Sabemos que, infelizmente, a mulher é vítima de violência na nossa sociedade, e, um dos fatores mais graves é a violência doméstica. Muitas vezes as mulheres têm que se expor numa delegacia normal, dar depoimento na frente de todas as pessoas que ali estão, sem o mínimo de segurança para ela no momento em que está denunciando.

Precisamos melhorar muito esse atendimento especializado à mulher. Estamos pedindo isso para o município de Dois Vizinhos, reivindicando o serviço para aquela delegacia. É claro que esperamos poder ter esse atendimento à mulher em todas as delegacias do nosso Estado. E também o projeto que apresentamos aqui, o 0800 - que seja instalado o 0800 na Secretaria da Segurança, para

que a mulher possa fazer as denúncias de violência da qual é vítima, assim como o jovem e o nosso adolescente também.

Esperamos que esse projeto seja votado em breve nesta Casa, para que se possa dar andamento e possamos aliviar o sofrimento de muitas mulheres, muitos jovens e adolescentes que são vítimas da violência.

Obrigado, senhor presidente, senhoras e senhores deputados!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Quando me inscrevi, queria tratar de um assunto que ao final tentarei falar. Mas, não é possível, senhor presidente, misturar, em uma fala cheia de ilações, verdades e não-verdades, e sugerir que em função disso há alguém ou algum partido obstruindo a investigação. O PT, seja em Cascavel, seja em Londrina, em qualquer lugar que houver indícios concretos de irregularidades, é favorável à investigação e que o dano ao patrimônio público seja reparado.

Vamos acompanhar essas investigações, mas não podemos misturar eventuais ameaças de morte que não tem materialidade nenhuma, tentando atribuir a governos democráticos comprometidos com a ética e com a transparência, essas eventuais ameaças que não sabemos bem se ocorreram, pois não há provas. Por isso que nós parlamentares, todos nós, do PT ou dos demais partidos, quando houver indícios claros, vamos ser favoráveis à investigação.

E falava, agora, com relação à questão dos bingos. Claramente, não há indícios de irregularidades, não há materialidade alguma e, portanto, se alguém vier aqui e afirmar que o Jocelito recebeu dinheiro desse segmento ou daquele, nem por isso nós vamos abrir processo de investigação, seja com o Elton Welter, com o Plauto Miró, com o deputado Pedro Ivo ou com este deputado. Se o governo não tivesse tomado medidas em relação aos bingos - podemos avaliar se foram adequadas ou não - mas tivesse pautado a sua ação no silêncio e na omissão em relação aos bingos, aí, sim, teríamos um indicativo de alguma irregularidade, mas foi o contrário, o governo Requião tomou as medidas que acho adequadas, podemos debater se são adequadas ou não, mas não foram no mesmo sentido dos interesses dos bingos. Há, aí, um conflito de interesses, não há materialidade nenhum, pelo contrário, há, uma contradição nesse processo.

Não podemos misturar uma coisa com a outra, volto a dizer, não há problema nenhuma, investigação faz bem. Esta Casa tem quatro CPI's funcionando. Quando elas foram lançadas, este deputado, nas reuniões de Bancada, falou da sua preocupação em relação ao funcionamento de muitas CPI's ao mesmo tempo, e temos aí quatro, todas com tarefas árduas, difíceis, que os novos

deputados estão dando conta, mas de forma assoberbada. Portanto, o papel do parlamento não é policaresco; é também de legislar, fiscalizar o uso do dinheiro público, senão, nos restringirmos ao funcionamento das CPI's.

Para concluir e sintetizar: não podemos, a partir de suposições e ilações, tentarmos atribuir a este ou aquele. Temos, sim, problema concreto, e a nossa solidariedade ao deputado Barbosa. Materialidade temos, sim, no caso desse deputado, porque já sofreu um atentado, é deputado desta Casa, é liderança política importante na minha região e não só ele como aquele que investigava o seu caso, que agora foi objeto de um atentado.

Por isso, companheiros deputados e deputadas, deveremos nos pautar e superar, se não é possível no resto da política e das relações econômicas, criarmos aqui uma pauta positiva para o Estado. Temos assuntos relevantes, seja na questão tributária, seja na questão orçamentária, nos investimentos de saúde, na equação da questão de segurança pública. Nós não podemos ficar na pauta única da relação de uma Oposição que já foi Situação e de uma Situação que, se é Situação, dá sustentação ao governo. Não será uma sustentação cega que não levanta problemas, que não aponta soluções, a partir destas constatações. Aí sim, nós teremos um Parlamento forte, um Parlamento firme, contribuído com o Estado do Paraná.

É preciso criar uma agenda de desenvolvimento para o Estado e não uma agenda do passado, da investigação, da perseguição, da retaliação do passado.

Se nós não dermos o exemplo, independentemente do Executivo, nós teremos dado uma contribuição menor e rebaixada ao Estado do Paraná!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Grande Expediente, fará uso da palavra o Sr. Roni Anderson Barbosa, presidente da CUT do Paraná. No entanto, solicito ao deputado Stica, que foi um dos fundadores da CUT no Paraná, que proceda à saudação ao orador do Grande Expediente, o presidente da CUT.

Com a palavra o deputado Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Obrigado, senhor presidente. Uma saudação aos sindicalistas aqui presentes hoje nesta Casa de Leis.

Agora, nesta quinta-feira, vamos comemorar os vinte anos da Central Única dos Trabalhadores no Paraná, da qual tenho orgulho junto com outros ex-sindicalistas aqui presentes, de ser um dos fundadores.

Vejo aqui o deputado Tadeu Veneri, o deputado Ângelo Vanhoni, a deputada Rafagnin, que foram sindicalistas naquele momento em que estava se discutindo a criação dessa Central. E certamente, o presidente da CUT hoje, o meu amigo e companheiro Roni, que é do Sindicato dos Petroleiros, do qual fiz parte toda a minha vida, vai dizer da criação desta Central.

Mas, não posso deixar de falar dos primórdios, das primeiras discussões, deputada Luciana, aonde participa-

mos do “Enclate” que era o Encontro das Classes Trabalhadoras. Depois o “Conclate” que era o Congresso da Classe Trabalhadora e que daí deu origem à Central Única dos Trabalhadores. E essa central que veio, com todo o respeito às demais Centrais, para moralizar o sindicalismo brasileiro.

Tenho muito orgulho de ter sido um dos fundadores da CUT aqui no Paraná.

Em 1981, era diretor de base do Sindicato dos Petroleiros, trabalhava na Refinaria Getúlio Vargas, e era membro do sindicato.

Em 1984, já com a Central começando a sua estruturação era diretor liberado, e por isso, nós temos uma satisfação enorme de comemorar, com muito orgulho, os vinte anos desta Central.

E, para falar dela, o presidente atual, meu amigo e companheiro Roni, que é diretor-presidente do Sindicato dos Petroleiros.

Roni, conte para os deputados e para esta platéia sobre a nossa Central Única dos Trabalhadores.

O SR. RONI ANDERSON BARBOSA

Boa-tarde, senhor presidente, em nome do qual cumprimento os demais deputados aqui presentes.

Agradeço ao companheiro Stica pela apresentação que fez, aos sindicalistas que estão presentes aqui, às pessoas dos outros movimentos sociais que comparecem nesta Sessão que homenageia os 20 anos da Central Única dos Trabalhadores. A Central, criada no início da década de 80, foi criada em um momento em que o Brasil vivia uma das suas piores repressões à democracia na história, que era a Ditadura Militar.

A Central iniciou com oposições aos “sindicatos pelegos”. Os sindicalistas, sentindo a necessidade de organizar os trabalhadores para criar uma massa em defesa da democracia, começaram a se organizar para tirar o sindicato dos pelegos”. Em 1968 tivemos as greves em Osasco e Contagem; no início da década de 70 começaram a surgir mais oposições sindicais, culminando em 1978 com grandes greves no ABC, lideradas por Lula, hoje o nosso presidente da República. Tivemos uma participação importante da Igreja, que se engajou nessa luta para ajudar a organizar os trabalhadores com a teologia da libertação. As comunidades eclesiais de base e as pastorais operárias também foram fundamentais na criação da Central.

No início da década de 80, os trabalhadores começaram a fazer encontros, os Enos (Encontros Nacionais de Oposição Sindicais), os Entoes, (Encontros Nacionais dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical). Em 1981 veio o Conclat, a primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, que reuniu-se mais de cinco mil trabalhadores, na qual foi criada uma Comissão Pró-CUT, e nesta data já foram tiradas algumas lutas, alguns eixos de luta para a classe trabalhadora, como estabilidade de emprego, a reforma agrária, congelamento dos preços, saúde para todos, a liberdade e autonomia sindi-

cal, direito de greve e uma série de outras bandeiras os trabalhadores, já em 81, foram tirando.

Em 1982, começaram a ocorrer os Anampos (Articulação Nacional dos Movimentos Populares Sindicais), que reunia não só o movimento sindical, mas outros movimentos populares e a sociedade civil organizada.

E nesse mesmo ano de 82, por um racha dentro dos trabalhadores, uma parte queria criar uma Central Única imediatamente e a outra achava que queria criá-la, mas não determinava um prazo. E a ala, liderada por Lula, Olívio Dutra e Jacó Bitar defendeu a Central Única e a realização de um congresso no ano seguinte, em 1983. Então, em agosto de 83, dos dias 23 a 28, ocorreu o Conclat, que foi o Congresso de Fundação da Central Única dos Trabalhadores, em São Bernardo, e neste Congresso, Jair Meneguelli foi eleito presidente da Coordenação Nacional. E neste mesmo ano, o Movimento Sindical funda o DIAP (Departamento Inter-Sindical de Assessoria Parlamentar), que é muito respeitado dentro da Câmara dos Deputados e que assessora o Movimento Sindical.

Em 1984 a Central Única dos Trabalhadores se consolida com o seu primeiro congresso, o primeiro Concut, e sai de lá com Meneguelli eleito presidente. Mas a Central não tinha só essa organização nacional; tinha também a sua organização nos Estados, e aqui no Paraná a criação da Central Única não foi diferente, foi baseada na luta contra a ditadura, contra a repressão e por liberdades democráticas e organização livre dos trabalhadores. Nós tivemos na área rural, nos trabalhadores rurais, a primeira oposição. Ocorreu em Francisco Beltrão, em 1978, com o Companheiro Adelmo Esquer. Então, os sindicalistas que estão aqui conhecem essa história e é um papel importante, também, que a Igreja desenvolveu no campo, para ajudar a organizar esses trabalhadores rurais, que foram fundamentais na organização da CUT aqui no Paraná. Então, os Conselhos Eclesiais de Base, a Comissão Pastoral da Terra e as Pastorais Operárias, foram importantes.

Os trabalhadores urbanos também tiveram as suas lutas. Em 1979, uma greve de doze dias começou a projetar lideranças na construção civil, surgindo aí o companheiro Davis como uma liderança nessa área. Em 1980, os sindicalistas autênticos ganham o primeiro sindicato, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil aqui de Curitiba. Tivemos greves de professores, greves de motoristas e cobradores, quer dizer, uma série de mobilizações que levaram à efervescência e ajudaram a culminar na criação da Central. Começam também a se organizar as oposições dos Sindicatos dos Petroleiros, dos Bancários, da Construção Civil de Londrina, também.

Em 1984, o companheiro Stica já tocou aqui, ele, Stica, Amadeu, Zequinel, ganham o Sindicato dos Petroleiros em Curitiba. A oposição bancária, com o companheiro Arlindo Martins, hoje já falecido, aqui em Curitiba, junto com o companheiro Sérgio Athaide, atual dirigente da Central, vice-presidente, também estava ati-

vamente e todo esse momento de efervescência, de oposições, ganhando os sindicatos, levou em 1985 ao primeiro Congresso Estadual da Central Única dos Trabalhadores no Paraná.

E aí eu peço licença para leu, pelo menos, os nove nomes que fizeram parte da primeira direção da Executiva Estadual da Cut no Paraná. Foi eleito presidente naquele Congresso, Geraldo Mendonça de Oliveira - Sindicato dos Petroleiros; 1º vice-presidente, companheiro Zeno Mizuno - Trabalhadores Rurais de Pérola do Oeste; 2º vice-presidente, Darci Appel - Trabalhadores Rurais de Medianeira; secretário-geral, Doático Santos - Federação dos Servidores Públicos de Curitiba; secretário de Política Sindical - Paulo Roberto Sequinel; secretário de Finanças, Arlindo Martins, já citado aqui, hoje falecido; secretário Rural, Adelmo Squer, de Francisco Beltrão; secretário de Formação, Davi Vasconcellos, construção civil; secretário de Imprensa e Divulgação, Luiz Eduardo Scheida, que era do Sindicato dos Médicos de Londrina.

Então, essa foi a primeira direção da CUT no Paraná, e, em nome desta, quero estar aqui homenageando todas as direções que passaram pela Central nos seus diversos congressos realizados até hoje, culminando com o último realizado agora em 2003, no qual estou presidente da Central pelos próximos três anos, junto com os demais companheiros que fazem parte da direção da CUT.

Como já foi citado aqui, nós temos diversos políticos e proeminências que saíram do movimento sindical: nesta Casa, a deputada Luciana Rafagnin fazia parte do Departamento Rural da CUT - ajudou a construir a Central; deputado Natálio Stica - Petroleiros - ajudou a construir a Central dos Trabalhadores; deputado Tadeu Veneri - Bancários - ajudou a construir a Central; deputado Ângelo Vanhoni, também do Sindicato dos Bancários, ajudou a construir a Central Câmara Federal, deputado Doutor Rosinha, atuante na área da saúde, servidor público municipal, ajudou a construir a Central; deputado Paulo Bernardo, bancários de Londrina, também ajudou a construir a Central.

Quer dizer, foram diversos sindicalistas que depois rumaram para as eleições, e depois tomaram os seus rumos, mas que passaram pela história da Central e ajudaram a construí-la. Mas, por que tanta gente boa assim se reuniu para criar uma Central? Eu acho que é por causa das propostas da CUT.

Então, a CUT foi criada por um sindicalismo classista que reuniu, unificou a classe trabalhadora em torno de um projeto, sindicalismo livre, desatrelado do Estado e dos patrões.

Então, são princípios cutistas que nortearam a Central, sindicalismo autônomo sem alinhamento partidário que dá independência para a Central, sindicalismo democrático, permitindo a liberdade de expressão e a participação efetiva dos trabalhadores nos seus sindicatos, nas suas associações, na sua organização; um sindicato de massas, combativo e de base, muito importante à orga-

nização de base dos trabalhadores, que é o que faz a luta de classe, que os trabalhadores precisam se organizar para construir uma nova sociedade. É a superação da estrutura sindical atual, é uma luta da CUT há 20 anos.

Felizmente, agora estamos tendo o Fórum Nacional do Trabalho, que reúne paritariamente trabalhadores, empresários e governo, debatendo as reformas na legislação sindical e na legislação trabalhista. E para nós da CUT, é fundamental que se crie um novo movimento sindical, que o Brasil ratifique a convenção 87 da UET, para que tenhamos efetivamente liberdade e autonomia de criação dos sindicatos e os trabalhadores possam estar se organizando da maneira como bem entenderem, como ocorre em vários países do mundo há muito tempo.

A CUT também prima pela ampla democracia nas suas instâncias, sindicatos, federações, confederações, as suas direções: nacional, estadual, regionais. Então, a democracia é um princípio que não abrimos mão, a unidade dos trabalhadores, na nossa luta, por condições de vida e de trabalho e é fundamental também a solidariedade entre os trabalhadores, o apoio à luta dos movimentos populares.

Citamos, aqui o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, a Central de Movimentos Populares, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, os ambientalistas, os negros e tantas outras organizações da sociedade civil, que contam com o apoio da Central, para construir uma sociedade melhor, mais justa e para ampliar as liberdades democráticas.

A Central Única passou nesses vinte anos por diversas lutas e esteve presente nas principais lutas políticas, de redemocratização do País, começando em 84, pelas eleições das Diretas Já, na qual o primeiro comício foi em Curitiba. E a Central foi uma das participantes ativas, nessa luta, pelas Diretas Já. Na década de 80 tivemos diversas greves, contra planos econômicos - Plano Cruzado, que não deram certo, a CUT mobilizando os trabalhadores. No final da década de 80, em 88, na Constituição, a Central se preparou, fez abaixo-assinado, coletou assinaturas e enviou para o Congresso as emendas populares, pedindo estabilidade no emprego, jornada de 40 horas, aposentadoria, reforma agrária. Participou, ativamente também da construção dessa nova Constituição brasileira, que surgiu em 88. A Central, em 1992, também participou do "impeachment" do Fernando Collor. Foi uma das entidades que, junto com estudantes, foram para as ruas, pedir o "impeachment" daquele presidente que não contemplava o povo brasileiro. Tivemos outras lutas, em 95: a defesa da soberania nacional, contra o fim do monopólio. Em 2000, campanha por emprego, terra, salário e cidadania para todos. São campanhas de âmbito nacional, que a CUT sempre participou e vai continuar participando. Aqui no Paraná tivemos lutas importantes, nas quais a Central foi fundamental. As mais recentes, contra a privatização do Banestado. Estamos vendo na CPI a lavanderia de dinheiro, que virou o Banestado, no governo anterior, e o quanto a pri-

vatização é danosa à sociedade paranaense, que vai pagar por mais de 20 anos, uma dívida, de um dinheiro que não se sabe para aonde foi.

Esperamos que a CPI e que o Ministério investiguem, dêem bom cabo e façam justiça a esse problema do Paraná.

Também estivemos presentes contra a venda da Copel, que foi fundamental.

Estivemos na ocupação da Assembléia naquele período também, onde a população brasileira se uniu para defender a sua empresa de energia e foi vitoriosa.

Esse é o papel da Central: além de fazer a luta por salário, por melhores condições de trabalho, está atuando na sociedade, por melhorias de condições para o povo brasileiro, para os trabalhadores, principalmente.

Tivemos a mobilização dos professores, o inesquecível 30 de agosto - se comemora no sábado -, naquela greve histórica em que os professores foram atacados. No momento atual, no ano passado, a Central Única dos Trabalhadores, de maneira inédita tirou uma posição formal de apoio, à eleição de um presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por entender que a candidatura de Lula representava e representa o campo popular democrático e que iria romper com o crescimento do neoliberalismo no País e iria dar um outro rumo a esse País que tem tanta desigualdade e precisa de governantes com a cara do Lula, que foi trabalhador, sindicalista, um dos trabalhadores da CUT e chegou a presidência.

Temos dito também que primamos por nossa autonomia e independência. Não significa que, ao apoiarmos a candidatura de Lula, vamos estar apoiando todos os atos do seu governo, porque sabemos que o governo foi eleito com um amplo leque de alianças. Mas nos projetos, é o que interessa para a classe trabalhadora e estaremos juntos com governo ou apoiando, sim.

Isso nos orgulha: ter um sindicalista, trabalhador e retirante, na Presidência da República.

Isso é um fato que precisa ser registrado nesta comemoração dos vinte anos da CUT, hoje a maior Central do Brasil, que representa mais de vinte milhões de trabalhadores, e no Paraná são mais de 700 mil trabalhadores representados pela Central. Ela está presente no campo, na cidade, no funcionalismo público, na iniciativa privada - é uma Central plural e democrática que comemora os seus vinte anos.

Por isso, eu peço aqui um viva à Central Única dos Trabalhadores, e um viva aos trabalhadores.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. TADEU VENERI

Senhor presidente, acredito que tudo que tínhamos para ouvir já ouvimos mas eu gostaria de só de saudar o nosso visitante, porque sempre é bom lembrar o que aconteceu e deu certo. E acho que a CUT, hoje fazendo seus 20 anos, uma central classista, democrática e de

lutas, como bem disse o nosso presidente Roni, tem a saudação de toda esta Assembléia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Agradecemos a presença do Roni Anderson Barbosa, presidente da CUT do Paraná.

Esta Casa, em nome de todos os deputados, se soma a esta homenagem feita à Central Única dos Trabalhadores, em deferência a um pedido especial do deputado Stica, nosso 1º vice-presidente.

No Horário das Lideranças concedo a palavra ao deputado Fernandes Ribas Carli, do PPB.

O SR. FERNANDES RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Na oportunidade que tive hoje ao apartear o deputado Plauto Miró Guimarães, fiz referência à questão da cobrança, com desconto das tarifas de energia elétrica para aqueles consumidores que mantêm seu pagamento em dia, e dizia que, infelizmente, aqueles que têm menor posse, menor renda, não estavam usufruindo o benefício porque não conseguem pagar as suas contas de luz, de água em dia. Por conseguinte, vivem tendo que pagar religação, têm que recorrer aos amigos para que possam pagar as suas contas de luz.

O ilustre líder do governo, deputado Ângelo Vanhoni, fazia uma colocação que não, que quem não paga em dia as contas são os consumidores de 2, 3, 4 salários mínimos. Lá em Guarapuava, pelo menos, não acontece assim. As pessoas que me procuram são aquelas que ganham salário mínimo, são os aposentados que têm a sua luz cortada porque não conseguem pagar, e estas pessoas não conseguem receber o benefício, este desconto que o governo está concedendo.

Agora, será muito bem recebido esse projeto que isente do pagamento de energia aqueles consumidores com consumo de até 100 Kw por mês. Eu acredito que vai atender a uma grande reivindicação do povo paranaense, dos mais pobres, principalmente, que têm lá, 2, 3 lâmpadas na sua casa, às vezes, com muito sacrifício, um chuveiro elétrico; então essas pessoas serão atendidas.

Certamente, senhor presidente, senhores deputados, nesta isenção, deputado Elio Rusch, também estará incluído um secretário de Estado, tendo em vista que a imprensa noticiou que tem um secretário de Estado que gasta apenas R\$63,00 por mês de energia. Então certamente estará isento quando nós aprovarmos esta lei.

Mas o meu pronunciamento, senhor presidente, é em relação à Sanepar, que publicou - e aqui a imprensa traz a notícia - que obtém lucro de 85 milhões de reais no segundo trimestre de 2003! Realmente um lucro vitorioso! E mais ainda, que esse lucro é 125,9% maior que o lucro obtido, no mesmo período do ano passado.

Vejam os senhores, aí vem aqueles discurso: "Não, porque nós aumentamos os números de ligações, nós enxugamos... Na verdade se formos aos detalhes, vamos

ver que o lucro da Sanepar aumentou em função da valorização do real. Todos nós sabemos que as empresas públicas - e a Sanepar como uma empresa pública - são endividadas no exterior. Ela faz captação de recursos no exterior, por conseguinte, deve em dólar. No momento em que o real sofre uma valorização, o dólar baixa e o valor do juro será um valor menor e, por conseguinte o lucro será maior.

Então, com o dólar estabilizado, acreditamos que o dólar deve permanecer nesse patamar, a Sanepar obtém um lucro de 85 milhões no segundo trimestre. Se nós fizermos uma avaliação, se projetarmos esse lucro com mais dois trimestres, vamos para 170 com 85, vamos chegar um lucro deste ano, da Sanepar, de 230 milhões. Realmente um lucro vigoroso; demonstra a capacidade de geração de divisas que tem a Sanepar e a solidez da empresa.

Mas faço todas as colocações, senhor presidente, para lembrar ao senhor governador que quando diz que vai mandar para esta Casa um projeto isentando os consumidores de baixa renda, que consomem até 100 Km de energia e com isso a Copel vai abrir mão desta receita, a Sanepar também poderá abrir mão de outra receita que está sufocando os mais pobres do nosso Estado, e o governador já tem amparo legal para tomar essa iniciativa; tem um projeto de lei de nossa autoria, que foi sancionado em 16.09.2002, que acaba com as tarifas mínimas nas contas de água. O que é a tarifa mínima? São aqueles 10m3 que a Sanepar cobra de quem consome ou não consome. E, infelizmente, os mais pobres consomem 2, 3, 4m3 e têm que pagar os 10m3. Não fosse isso, tem mais 80% da tarifa de esgotamento sanitário. Isso está onerando muito as famílias mais pobres do Paraná.

Então, faço o meu pronunciamento para lembrar e sugerir ao governador Roberto Requião que cumpra a lei, porque a lei já existe, embora a Procuradoria Geral do Estado esteja questionando a constitucionalidade dessa lei no Supremo. Então, é só dar uma determinação ao procurador geral para que retire essa ação e imediatamente tem que cumprir, porque, mesmo estando questionando, não é motivo para não cumprir a lei. E tem mais uma outra lei, da nossa autoria, Projeto de Lei nº 13755, esta é autorizatória, a outra que acaba com a tarifa mínima é determinativa - que reduz a cobrança da tarifa de esgoto, que hoje é 80% sobre o consumo de água e reduz para 50%.

É uma sugestão, já existe a lei autorizando e o governador poderá - e tenho certeza - ir ao encontro do anseio de toda a população paranaense. Nós que militamos junto ao público, sabemos da aflição que é hoje no final do mês. É difícil chegar no fim do mês e cumprir com todas as obrigações.

O Sr. Antonio Anibelli

Infelizmente V. Exa. não compareceu hoje na sala da Presidência, onde a maioria dos deputados estava presente e o governador trouxe a mensagem de isenção dos

100 Kw para a população mais carente. E, na entrevista que deu aos jornalistas, o governador disse também que está em fase final de elaboração a mensagem, o estudo, para viabilizar também a isenção da água. Tenho quase que certeza que talvez não seja o seu projeto, mas irá talvez superar o seu projeto numa abrangência muito maior.

Então, V. Exa. fique tranqüilo, a nossa Assembléia terá o prazer ainda este ano de votar a mensagem do governador e V. Exa. será também aquinhoadado com o seu projeto, porque estará dentro da mensagem do governador, tenho absoluta certeza.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Muito obrigado, deputado Anibelli.

Fico feliz em saber dessa iniciativa do governador. E tenho certeza que se o projeto que vier do Executivo melhorar, eu vou aplaudir, porque a nossa função é defender os interesses da população. E é isso que todos nós, aqui, nesta Casa estamos fazendo.

Muito obrigado.

O SR. VANDERLEI IENSEN (Pela Ordem)

A questão que o deputado Carli, colocou, citando um secretário de Estado que teve um problema com relação ao consumo de energia.

Antes de qualquer comentário, devemos de dar oportunidade a ele que venha à opinião pública trazer as explicações. As informações que temos é de que a Copel esteve na residência, pegou o relógio e está fazendo uma perícia para saber se o problema era no relógio ou, enfim, o que foi que aconteceu.

Antes da conclusão precisamos dar oportunidade de defesa ao Secretário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Horário da Liderança da Oposição, com a palavra o deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

O que nos traz à tribuna na Sessão de hoje, diz respeito ao pedágio no Estado do Paraná.

Um assunto tão debatido já no governo Jaime Lerner e amplamente defendido na última campanha que levou o governador Roberto Requião à vitória no último pleito.

Aliás, o pedágio é um dos responsáveis da vitória do atual governador, quando ele disse durante a campanha, que uma das primeiras medidas suas seria o pedágio: ou reduz, ou acaba. Até tinha jornais do Estado do Paraná, no interior, principalmente, que noticiaram dizendo; "Faltam tantos dias para acabar o pedágio". E foi regressivo, até chegar o dia zero. Já se passaram nove meses e nada, efetivamente, tem acontecido. E vimos, hoje, e aquilo que dizíamos quando votamos o projeto de encampação do pedágio - deputado Jocelito Canto, dizia-

mos que éramos contra, quando foi votada a sua constitucionalidade, porque entendíamos que deveria de ter mais alguns acervos junto com o projeto, porque a mensagem veio do governo do Estado.

Hoje está estampado no “Jornal do Estado”, que diz “A 20ª Vara de Justiça Federal de Brasília concedeu liminar em favor das seis concessionárias que pediram a nulidade da lei. E essa liminar foi concedida. Automaticamente, está cancelada a encampação do pedágio, sem primeiro, ouvir o governo federal, ou seja, o ministro dos Transportes”.

Isto mostra claramente, quando levantávamos a questão, deputado Augustinho Zucchi, que preside a Sessão de hoje, que não estávamos errados quando questionávamos a legalidade e a constitucionalidade do projeto que visava a encampação do pedágio no Estado do Paraná. Além de questionarmos alguns documentos, fazíamos, naquela ocasião, a questão também do valor da indenização que devia estar acompanhado da mensagem. E não veio. Agora, então, para não surpresa nossa, mas acredito para a surpresa de muitos, ontem a 20ª Vara da Justiça Federal em Brasília dá liminar para as seis concessionárias.

Outra coisa, deputados e deputadas que estão nesta Sessão, o que nos chamou muito a atenção é uma portaria, a Portaria 649, de 12 de agosto deste ano, baixada pelo ministro dos Transportes, e até chamo a atenção do líder do Governo, deputado Ângelo Vanhoni e do próprio deputado André Vargas, que é o presidente do PT do Estado do Paraná, porque o ministro dos Transportes cancela, através dessa portaria, um convênio firmado entre o governo do Estado e o governo federal, para instituir o pedágio na Rodovia do Xisto.

Para nossa surpresa, a concessionária recebeu exatamente esse aval do governo do Estado, para fazer os investimentos. Eles foram feitos, a rodovia foi recuperada e até construída a praça de pedágio pela concessionária “Caminhos do Paraná”. Toda a despesa foi feita e o governador do Estado do Paraná não autorizou a implantação da cobrança do pedágio nessa rodovia! Aliás, um pedido feito pelos prefeitos daquela região, liderados, se não me falha a memória, pelo prefeito da Lapa, que é ex-deputado estadual e atual, prefeito, Paulo Furiatti.

Então, o que nos causa muita estranheza é que a empresa faz os investimentos. Tinha a concessão do Estado do Paraná, e o ministro dos Transportes rescinde, acaba com a concessão, com o convênio.

Agora, pergunto - qual é a segurança que os empresários do Paraná, do Brasil ou mesmo empresários internacionais que queiram investir no Brasil, em particular no Estado do Paraná tem segurança nisso? Se faz investimento, em cima de documentos, em cima de convênios, em cima de contrato. E vem não só o governo do Estado, mas agora o governo federal, através do ministro dos Transportes, baixar essa portaria? Isso nos causa muita estranheza.

Quando o presidente da República, o senhor Lula pede os investimentos, ele faz o possível e o impossível de cumprir os acordos de contratos realizados com o Brasil e outros países, quando o PT e muitas pessoas, dizem que tem que romper com o FMI.

O Lula surpreendeu, exatamente porque nunca se falou tanto em contrato, em respeitar convênios, deputado Nelson Justus, como no atual governo federal, governo Lula. Agora, dentro do seu governo o ministro dos Transportes faz a rescisão de um convênio realizado com o governo do Estado. E com um agravante a empresa fez os investimentos e quem vai pagar a conta? Com que moral, com que autoridade o Paraná pode pedir novos investimentos?

O Paraná vai pagar caro por isso, pelo rompimento dos contratos, unilateralmente, sem cumprir com aquilo que determina a legislação. Isso nos preocupa, não como deputados mas como cidadãos, como paranaenses, porque nós queremos desenvolver o nosso Estado do Paraná. Não é por um acaso, que alguém já disse, e a Rede Globo fez muitas menções, diversas reportagens na última semana, sobre a economia do nosso país. E onde é que estaria alicerçado? O Paraná está dotado de infra-estrutura, o Porto de Paranaguá que era, deputado Nelson Justus - e V. Exa. que foi secretário dos Transportes tem uma parceria muito importante: modernizou nosso porto. O porto de Antonina, estava fechado é um dos portos mais modernos hoje. As rodovias estavam acabadas, a ponte de Guaíra, que é de responsabilidade do governo federal não se fez, e o ex-governador fez isso. A ponte em Camargo, as ferrovias, a comunicação, tudo isso faz parte da infra-estrutura que o Estado precisa para atrair novos investimentos.

Agora, vem o governo do Estado do Paraná romper os contratos, espantar os investimentos, e nós já falamos, se instalou no Paraná, parece que é o espantinho dos investimentos.

Ninguém mais quer investir no Estado e para surpresa nossa romperam o contrato o convênio que já estava realizado.

Aonde é que vai ficar o Estado do Paraná? Qual é o passivo que nós vamos deixar para os paranaenses? Quem vai pagar essa conta? Será que nós esquecemos que acima do governo existe a lei e quem julga a lei não somos nós, é o Poder Judiciário. As ações que vão entrando na justiça, uma após outra, as empresas estão ganhando.

Parece que se joga, como disse o deputado Durval Amaral, que se joga para a torcida, mas não se respeita a legislação, não se respeita aquilo que foi feito. Quem faz o contrato, quem faz o convênio não é a pessoa física, mas a pessoa representa a pessoa jurídica que é o Estado, são as empresas, isso nos preocupa muito e, nós não podíamos deixar passar em branco, na Sessão de hoje, essa Portaria do ministro dos Transporte e as ações que são feitas pelo governo do Estado em relação às empresas

estabelecidas ou que estão para se estabelecer no Estado do Paraná.

O Sr. Nelson Justus

Quero cumprimentá-lo, pelo seu discurso muito bem apropriado e na hora muito oportuna, aonde se discute a encampação, aonde se discute a confirmação ou não do pedágio no nosso Estado.

Mas, é importante que se diga, a falta de conhecimento, a falta de preparo que o ministro do Transporte tem demonstrado não só ao nosso Estado, mas em todo o país. Esse não é o primeiro deslize, o primeiro desconforto que cria o ministro do Transporte ao nosso Estado.

Realmente, é um homem que já esteve por diversas vezes por ser substituído. Brasília tem noticiado isso de todas as maneiras e, agora vem com mais esse detalhe que eu posso afirmar, eu acho até que o ministro sequer tomou conhecimento disso.

Realmente é um assunto bastante sério, muito importante, que atravanca um pouco aquilo que nós imaginamos ocorrer quando se fala em algum acordo, alguma negociação na questão do pedágio. Atrapalha mais, até porque V. Exa. disse muito bem, alguém terá que ser indenizado por isso. Quem é que vai indenizar se é o governo federal ou o governo estadual, porque as obras foram efetivamente realizadas?

Então parece que tem muita gente que, invés de ajudar, procura atrapalhar, procurando realmente o discurso. Eu tenho certeza que o povo brasileiro está um pouco cansado do discurso, nós estamos esperando realmente o resultado. É isso que nós esperamos, com a ajuda desse parlamento, do Estado e de todos nós.

Parabéns pela sua oportuna locução que serve de alerta para todos aqueles que procuram, ao invés de ajudar, atrapalhar as coisas no nosso Estado.

O SR. ELIO RUSCH

Agradeço o aparte do deputado Nelson Justus, que mais do que ninguém conhece exatamente a questão rodoviária e a malha viária que se encontram no Estado do Paraná, ou que se encontravam e os investimentos que foram feitos por parte do governo, e também os investimentos que foram feitos com a privatização das rodovias, a grande maioria rodovias federais do Estado do Paraná, mas que serviu para dotar o nosso Estado, exatamente com infra-estrutura suficiente para atraírmos os investimentos dos quatro cantos do Estado do Paraná, porque não adianta atraírmos investimentos ou novas indústrias para o nosso Estado, se não temos rodovias, ferrovias, para escoar exatamente essa sua produção.

Encerro, dizendo que o presidente da República, Lula, estuda a possibilidade de privatizar quase três mil quilômetros de rodovias, é isso que a imprensa está noticiando. Embora que o modelo novo, o seu ministro de Transporte que está fazendo esse estudo, ele cancela exatamente um convênio que autorizava a privatizar

rodovias no Estado do Paraná, e com a agravante, as empresas fizeram os seus investimentos!

O que é que está acontecendo no governo federal? Ou será que é isso mesmo que o deputado Nelson Justus disse, o ministro dos Transportes está perdido? O ministro dos Transportes não sabe o que está acontecendo no Brasil? O ministro dos Transportes não sabe o que está acontecendo com as rodovias federais no Estado do Paraná? Será que ele assina uma portaria sem saber o que está acontecendo, compreendendo essa rodovia do nosso Estado? Nós estamos vendo os prefeitos aliados ao governo do Estado.

Eu vi ontem uma declaração do Paulo Furiatti, que foi exatamente contra essa atitude do governo do Estado e do governo federal. O que vamos fazer? Assistir calados essa situação? Cabe a nós levantar a voz aqui, alertar o governo do Estado e federal, mas, principalmente, esclarecer à sociedade do Paraná aquilo que estava acontecendo na administração pública.

Isso é preocupante! Esperamos que esse deslize não aconteça mais. A Bancada do PT que ao menos avise o ministro dos Transportes daquilo que está acontecendo na Rodovia do Xisto! Será que é isso que a população espera? O governo é presidido por vosso partido, deputado Natálio Stica! Vamos tomar providências! Vamos entender os reclamos, os anseios daquela população!

Agradeço o presidente Natálio Stica. Espero que possamos encontrar uma solução para esse problema e devolver a tranqüilidade e a paz no Estado do Paraná e, principalmente, àqueles pessoas que acreditam e querem investir no nosso Estado.

Muito obrigado!

O SR. PADRE PAULO (Pela Ordem)

Quero registrar com pesar a morte do Sr. José Raimundo Cláudio Pereira, nesta madrugada. Ele é pai do prefeito de Maringá nosso companheiro José Cláudio. Seu corpo está sendo velado na Câmara Municipal.

Aproveito para pedir a solidariedade ao prefeito José Cláudio e também oração pelo seu estado de saúde.

Muito obrigado!

O SR. RENI PEREIRA (Pela Ordem)

Gostaria de registrar, na data de hoje, a presença do vereador Rogério Matendal, de Santa Terezinha de Itaipu, também presidente do Partido Socialista Brasileiro naquele município.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natólio Stica)

Devidamente registrado.

No Horário da Liderança do Governo, concedo a palavra ao deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Com relação aos contratos, as pendências judiciais havidas e tidas na questão do pedágio, e eu, como depu-

tado do PT, participante, defendo a posição do governo Lula. O governo nacional tem trabalhado na linha do PPP (parceria pública e privada). Essa é a linha geral. Teremos pedagiamento nas estradas 116, 101, na Fernão Dias, inúmeros, e esse debate está acontecendo.

Ocorre que, nesse capítulo específico, houve um entendimento do governo passado - havia uma pendência judicial que, o governo passado houve por bem estender ali na região da Lapa, a área de pedagiamento, porque se utilizando da Lei nº 8666, estenderia 25%. A Procuradoria Geral da União entendeu e acionou o governo federal para que se pronunciasse judicialmente como pólo passivo da ação, porque a ação popular fora movida contra o governo do Estado e contra o governo federal.

O governo do Estado, em função dos seus posicionamentos, pediu para ser também autor da ação, argumentando que não houve licitação. Não se poderia estender para 25% sem licitação.

No dia que o Lula esteve aqui, levantei todas as questões, e chegamos à conclusão que, de fato, como houve uma ausência de licitação não poderíamos fazer prosperar naquela linha. Lógico que o governo federal, o ministro Anderson Adauto poderia ter tido um posicionamento passivo no processo e deixar a ação correr até a última instância, mas não entendeu que poderia ser um pólo passivo, não entendeu que ele poderia intervir no processo de forma a defender os interesses daquele contrato. Portanto, como houveram dois entendimentos diferenciados, um do governo do Estado na gestão anterior, estendendo em 25%, não fez a licitação e o objeto fora transformado. O ministro Anderson Adauto, na prerrogativa de poder inscrevê-lo, utilizou e reviu esse contrato. Não estou defendendo, V. Exas. bem sabem que tenho uma posição moderada em relação a essa questão. No momento, esse objeto é de difícil sustentação jurídica, porque seria fácil do ponto de vista da ação popular de ela prosperar e ser vencedora.

O Sr. Nelson Justus

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Agradeço o aparte de V. Exa. e apenas quero complementar aquilo que eu disse no pronunciamento do deputado Élio Rusch: podendo atrapalhar por que vamos ajudar?

São governos que são os paraísos dos advogados contra o Estado e a União neste momento! Queria eu também estar exercendo a minha profissão de advogado, porque nunca vi ganharem tanto por tão pouco!

O Sr. Elio Rusch

Concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado André Vargas, nós conhecemos a sua postura, a sua posição ética aqui na Assembléia Legislativa, até coerente em relação aos contratos já firmados com o governo do Estado, governo federal, acho que está

exatamente na linha do próprio governo federal, principalmente na linha do Mercadante e do José Dirceu, que sempre falam muito em cumprir os contratos, cumprir os convênios.

O país precisa atrair novos investimentos, nós precisamos desenvolver o nosso país, gerar renda, gerar riquezas, precisamos dar emprego para o país e você só consegue dar emprego quando tem a participação da iniciativa privada. V. Exa. praticamente concluiu aquilo que eu ia falar, acho que o ministro dos Transportes foi muito afoito, não sei se alguém do governo do Estado foi lá convencer o ministro de revogar esse convênio. Se existe uma ação na Justiça, deixe a Justiça decidir. Se o governo federal quer exatamente privatizar, quer buscar essa iniciativa, esse PPP, parceria governo público e iniciativa privada, ele tem que mostrar credibilidade, e credibilidade você mostra com ações.

O que o ministro dos Transportes fez, acho que está jogando na contramão, está fazendo o que o governo federal não gostaria que acontecesse, principalmente aquilo que eu entendo do Lula, que procura investimentos. Vem um ministro cancelar um convite?

Se existe uma pendência jurídica com relação a essa questão e os investimentos já foram feitos, vai querer cancelar um convênio? Alguém será responsabilizado! A quem cabe agora o ônus da indenização? Ao governo do Estado ou ao governo federal?

O SR. ANDRÉ VARGAS

Ambos.

O Sr. Elio Rusch

É para ambos? Mas quem paga não é nem o governo federal, nem estadual; é o povo! É a sociedade! Na pior das hipóteses, nós paranaenses é que vamos pagar! Vamos tirar dinheiro exatamente da educação, da saúde!

Agradeço o aparte de V. Exa. e quero parabenizá-lo pela coerência e pela posição que tem tido.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Apenas para concluir, volto a dizer: o projeto e a proposta de encampação fazem parte de uma estratégia e ela está dentro da legislação das concessões; no entanto, o governo federal designou o advogado Alexandre Graviolovi para ajudar nas negociações que estão em andamento com as concessionárias. Lamento apenas que essa interpérie jurídica possa ter ocorrido, porque estava em franco processo de negociação, a Caminhos do Paraná e a Econorte seriam as primeiras que seriam anunciadas.

Lamento pois, a tese deste deputado e de muitos, sempre foi pela negociação. No entanto, é preciso dizer que quando o governo opta e o governo federal designa esse advogado para que o faça, opta, sim, para ajudar o governo do Estado a fazer as negociações daquilo que foi feito, seguindo o estrito processo legal; talvez esse tenha

sido o escorregão, mas os demais mantiveram a posição já assumida.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 027/2003, subscrita pelo governador do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica e dos encargos decorrentes desse serviço, dos consumidores, conforme específica, cujos imóveis sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais, da área urbana e rural e cujo consumo de energia, no mês, não ultrapasse 100 (cem) kwh (kilo-watts-hora). **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 084/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente, sugerindo a criação de um Batalhão da Polícia Militar na Zona Norte - Cinco Conjuntos - Londrina. **À Comissão de Segurança Pública.**

Projeto de lei de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 027/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal José Jesus Cavalcante - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2003, de 18/02/2003).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 028/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Onive dos Santos - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2003, de 18/02/2003).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 314/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que declara de Utilidade Pública Estadual o Centro de Apoio Casa de Passagem, com sede e foro no município de Curitiba e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no DA nº 042/2003, de 02/06/2003).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 344/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Missão S.O.S. Vida, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no DA nº 048/2003, de 16/06/2003).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 352/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária União e Vida, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no DA nº 049/2003, de 18/06/2003).**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 363/2003, de autoria do deputado Carlos Simões, que altera a redação da Lei nº 8.294, de 07 de maio de 1986, que declarou de Utilidade Pública a Associação Cristianismo Decidido de Assistência Social. **Aprovado. (Publ. no DA nº 050/2003, de 23/06/2003).**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 371/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que denomina Natal Pessuti o trecho da Rodovia 082, que liga Jardim Alegre a São João do Ivaí. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 052/2003, de 25.06.2003)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 371/2003

P A R E C E R :

Chamada esta comissão a se manifestar, sobre a constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 371/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, o qual denomina Natal Pessuti o trecho da Rodovia 082, que liga Jardim Alegre a São João do Ivaí, concluímos não haver óbice à sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sendo assim concluímos pelo parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NEIVO BERALDIN - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 397/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade

Pública a Comunidade Kolping de Inácio Martins, com sede no município de Inácio Martins e foro no município de Irati. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/2003, de 04/08/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 397/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Comunidade Kolping de Inácio Martins, com sede no município de Inácio Martins e foro no município de Irati.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 399/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio Esperança, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/2003, de 04/08/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 399/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Barbosa Neto, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio Esperança, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 401/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública o Recanto da Terceira Idade São Carlos - Riscar, com sede em São Carlos do Ivai e foro no município de Paraíso do Norte. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/2003, de 04/08/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 401/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública o Recanto da Terceira Idade São Carlos - Riscar, com sede em São Carlos do Ivai e foro no município de Paraíso do Norte.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 406/2003, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública o Clube do Velho Amigo de Foz do Iguaçu, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/2003, de 04/08/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 406/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública o Clube do Velho Amigo de Foz do Iguaçu, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 407/2003, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Civil denominada Grupo Renascer, com sede e foro no município de Colombo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/2003, de 04/08/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 407/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Marcos Isfer, declara de Utilidade Pública a

Sociedade Civil denominada Grupo Renascer, com sede e foro no município de Colombo.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 410/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Estudantes do município de Uraí - AEMU, com sede e foro no município de Uraí. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 057/2003, de 05/08/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 410/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Estudantes do município de Uraí - AEMU, com sede e foro no município de Uraí.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 14

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 050/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que sugere a criação de um Programa de Habitação Rural no Estado do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA CAIC. (Publ. no DA nº 042/2003, de 02/06/2003)**

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 050/2003

P A R E C E R :

A presente Indicação Legislativa nº 50/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, tem por objetivo sugerir a criação de um Programa de Habitação Rural no Estado do Paraná.

Esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio manifesta-se favoravelmente com relação ao mérito da matéria, pois contribuirá e auxiliará nas reformas e

ampliações de moradias rurais de agricultores familiares paranaenses.

Considera-se louvável a oportunidade.

Sala das Comissões, em 11.06.2003.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

Sobre a referida Indicação, Emendas de Plenário em nº de 03, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01,
À INDICAÇÃO Nº 50/2003

Modifique-se o artigo 1º para que passe a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica criado o Programa de Habitação Rural no Estado do Paraná, vinculado à Companhia de Habitação do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoiamento:

Francisco Bühler, Cida Borghetti, Ângelo Vanhoni e Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa ajustar a redação do artigo 1º do presente projeto de indicação, bem como assegurar a implementação do Programa de Habitação Rural no Estado do Paraná.

Tendo em vista a extinção da Secretaria Especial de Política Habitacional constante no projeto de indicação original, e atendendo solicitações do Poder Executivo, depois da realização de negociações entre a autora e o Poder Executivo representado, decidimos apresentar a presente emenda.

Pelos motivos expostos necessitamos o apoio dos nobres pares para aprovarmos esse tão importante projeto de indicação a todas as famílias do campo do nosso Estado do Paraná.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

Suprime-se o inciso V do artigo 4º, do Projeto de Indicação nº 50/2003.

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoiamento:

Francisco Bühler, Cida Borghetti, Ângelo Vanhoni e Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda suprime o inciso V do artigo 4º do Projeto de Indicação nº 50/2003, uma vez que os beneficiários do presente projeto deverão ser proprietários da área, residir há pelo menos 01 (um) ano na propriedade e ter a renda familiar proveniente da exploração da propriedade.

Depois de analisarmos o projeto de lei, percebemos a condição à proposição da presente emenda e por

isso, necessitamos do apoio dos nobres pares para aprovarmos esse tão importante projeto para as famílias do campo do nosso Estado do Paraná.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 03

Suprime-se o artigo 3º, do Projeto de Indicação nº 50/2003.

Sala das Sessões, em 27.08.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoioamento:

Francisco Bühner, Cida Borghetti, Ângelo Vanhoni e Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda, suprime o artigo 3º do Projeto de Indicação nº 50/2003, e com isso visa entrar em sintonia as normas do PSH, e facilita a aprovação da proposição, mesmo que com recursos de outras fontes, mesmo sofrendo alterações; e assegura a implementação do Programa de Habitação Rural no Estado do Paraná, uma vez que tais alterações (emendas) são resultantes das negociações da autora com o Poder Executivo.

Depois de analisarmos o projeto de lei, percebemos a condição à proposição da presente emenda e por isso, necessitamos do apoio dos nobres pares para aprovarmos esse tão importante projeto para as famílias do campo do nosso Estado do Paraná.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero consultar V. Exa, porque não sei precisar o dia, mas foi levantada uma questão de ordem pela solicitação do deputado Augustinho Zucchi, que fosse retirado de pauta os projetos com o termo “sugestão legislativa”.

Recordo-me disso porque um dos projetos, na ocasião, era de minha autoria, e desde então, não voltaram mais para a pauta.

Parece-me que a solicitação do parlamentar era que fosse por tempo indeterminado até que se decidisse se iria realmente ou não adotar este termo. E estou vendo aqui um projeto sugestivo de novo.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

V. Exa. está se referindo ao item 14? Eu ia fazer a leitura quando pediu a questão de ordem, mas a Mesa tem em mãos emendas que vão ser colocadas em discussão e serão encaminhadas à CCJ.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

A minha pergunta: e aqueles que foram retirados de pauta, retornarão?

O senhor tem como nos informar?

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Serão incluídos para que sejam discutidos.
Pela ordem, deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Para contribuir com o deputado Pastor Edson, naquela época, foi um dia antes do recesso de julho, e o deputado Augustinho pediu a retirada por dez Sessões. Então, já esgotou esse prazo, deputado, e acredito que todos os projetos já podem voltar. Existia uma discussão se realmente iriam continuar na CCJ e transformando a maioria dos “autorizatórios” em “indicação”. Não sei se avançou essa discussão ou não, mas acredito que o prazo que o deputado Augustinho Zucchi solicitou já esgotou, que foram dez.

E, a título de informe, até nesse projeto nosso encaminhamos algumas emendas, embora seja uma indicação, porque muitas coisas mudaram no período em que este projeto entrou na Casa, mesmo depois transformado em “indicação”.

É por isso que as emendas são mais para corrigir, para que o projeto possa tramitar livremente aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Esclarecendo, deputado Edson Praczyk, uma das questões levantadas foi a palavra “sugere” e há agora, no projeto, três emendas que vamos abrir para discussão e encaminhar para a CCJ; será corrigido e V. Exa. poderá fazer os questionamentos aos membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Requerimento aprovado em 26 de agosto de 2003. “Requer comissão especial de acompanhamento da situação que vem ocorrendo na Fazenda do Sol, município de Ortigueira, no distrito de Banhadão, face à ocupação pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-terra e com mandado de reintegração de posse, expedido pela Comarca de Ortigueira”. É requerimento do deputado José Maria Ferreira.

Esta presidência indica os seguintes membros da comissão que vai acompanhar o requerimento: deputados Vanderlei Iensen, Miltinho Puppino, Padre Paulo Campos, José Maria Ferreira e Delegado Bradock.

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1779 a 1804 e 1806 a 1817, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.**

Voltaremos os trinta e oito requerimentos em bloco.

O requerimento requer, envio de correspondência à Secretaria de Emprego e Trabalho e Social, solicitando informações sobre o programa de distribuição de leite”.

Trinta e oito requerimentos em trinta e oito municípios. Em discussão. Em votação os trinta e oito requerimentos. **Aprovados.**

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Eu já havia comentado com deputado, na tribuna, que quem está coordenando a distribuição do leite não é a Secretaria do Trabalho, mas sim a Secretaria da Agricultura.

Então, não sei se o nobre parlamentar pensa em mudar o requerimento ou vai obter uma resposta que não é da competência daquela secretaria. Provavelmente.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

A Secretaria dá a resposta que lhe couber, deputada.

Requerimentos nºs 1826 a 1830 e 1834, de autoria do deputado André Vargas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ANDRÉ VARGAS (**Para Encaminhar**)

Esse pedido de informações, inclusive, elogiando a postura do Governo, que já me respondeu um pedido de informações sintético. E agora estamos fazendo algo mais detalhado que é, inclusive, este próximo, no sentido de ter as informações que subsidiem a renovação das concessões de água, esgoto, não só na região de Londrina, mas na cidade de Cascavel, Medianeira, Cambé.

Estamos subsidiando todos os deputados neste debate.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Requerimento nº 1778, de autoria do deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1818, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1819 e 1820, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1821 e 1822, de autoria da deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1823, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1832, de autoria da deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1833, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1835, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **À Comissão Executiva, para analisar.**

Requerimento nº 1836, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1837, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Há dois comunicados importantes às senhoras e aos senhores deputados: no dia 29 de agosto, às 10h00 da

manhã, o plenário desta Casa estará fazendo uma Sessão Solene alusiva às comemorações do sesquicentenário da emancipação do Estado do Paraná.

Portanto, todos os senhores deputados estão, não só convidados, como convocados.

O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, apenas para fazer um convite a todos os deputados que se encontram na Casa para participarem às 17h30 de uma Sessão Solene no plenarinho desta Casa, onde será entregue o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. Ary de Christan, médico eminente do Paraná, e durante muito tempo responsável e provedor da Santa Casa, aqui, na cidade de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Está feito o convite do deputado Marcos Isfer.

O SR. TADEU VENERI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, apenas para fazer um comunicado à Mesa, porque diante da convocação, eu gostaria de deixar registrado que a Comissão de Educação estará amanhã realizando uma audiência pública em Apucarana, às 19h30 e por isso talvez não possamos estar às 10h00 da manhã aqui. Alguns deputados poderão voltar e outros talvez não cheguem a tempo.

Já de antemão, eu gostaria de justificar a ausência.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Justificada a Comissão de Educação.

O SR. DUÍLIO GENARI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu apenas gostaria de registrar a presença do presidente da Câmara- vereador Lúcio de Marque, de Toledo; do vereador Tita Furlan, de Toledo; e ainda o presidente da Associação Comercial e Industrial de Toledo, senhor Jansen.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Agradecemos a presença.

Esta Casa lembra: às 08h30 da manhã, vai ter hasteamento da bandeira alusiva às comemorações do sesquicentenário; às 08h30 da manhã, em frente ao Palácio; às 10h00 aqui, segunda-feira às 08h30 da manhã, hasteamento da bandeira, segunda-feira.

Amanhã, sexta-feira, às 10h00 aqui, o sesquicentenário. Sexta-feira, às 16h00, entrega de título de Cidadão Honorário ao ministro da Casa Civil, José Dirceu.

Pela ordem, concedo a palavra ao deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA

Eu gostaria de registrar o convite para a Sessão Especial, no sábado, pela manhã, em Foz do Iguaçu, não só aos deputados que confirmaram suas presenças, mas

estender o convite a todos os parlamentares à Sessão Solene, em comemoração ao jubileu de prata da Diocese de Foz do Iguaçu, que estará se realizando, no sábado, pela manhã, às 11h00, em uma Sessão Especial da Assembléia Legislativa, no Hotel Rafagnin Center, na entrada de Foz do Iguaçu.

Gostaríamos de contar com a presença de todos os deputados desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Os deputados que gostariam de acompanhar, procurem o deputado Reni Pereira, para ver o avião que irá levá-los.

O SR. RENI PEREIRA

Da Sul Americana.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Está encerrado o expediente, agradecendo a imprensa e de todos aqueles que acompanharam a Sessão de hoje.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 01 de setembro à hora regimental, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 029, 054, 055, 229, 240, 247, 302, 343 e 356/2003; do Projeto de Resolução nº 009/2003 e da Indicação nº 046/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 339, 397, 371, 407, 406, 401 e 410/2003.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 491/2003.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 063/2003

Prover, os servidores abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Artagão Júnior, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica;

SYLFARNER PIMPÃO - DAS-2
CELINA GORDIANO - 1GP-4
TEREZINHA MALTACA DE CRISTO SILVA
HECTOR VINICIUS WAGNER FILHO

ROSANA PRADO SILVA LAGO
ALESSANDRO ALBINI
CARMEM SILVA PIMPÃO
FERNANDA CARNEIRO DE OLIVEIRA

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 064/2003

Prover, os servidores abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Francisco Bühner, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica;

MÁRCIA JANEY BÜHRER MACHADO - DAS-2
LEONIDES JOSÉ MIKUS - DAS-2
AMILTON LOURIVAL MACHADO
AMILTON BÜHRER MACHADO
WAGNER MEIGA
JOSÉ ARI DE OLIVEIRA
SOELI TEREZINHA CETNARSKI
MARIA HELENA DE PAULA
CAMILA MARIA FERREIRA DE PAULA
MIRIAM RIBEIRO DA ROSA
ROSA MARIA BÜHRER MACHADO
ELIANE APARECIDA SCHIBICHESKI DE PAULA
HALDINE ROBERTA HAMBRUSCH
WAGNER BUHRER MACHADO
DIORGES FERREIRA DE PAULA JUNIOR
RICARDO CETNARSKI
RICARDO CETNARSKI FILHO
OSMAR FÁBIO

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 065/2003

Prover, os servidores abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Waldir Leite, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica;

AUGUSTO STOSKI - DAS-2
VALQUIRIA LINHARES LEITE - DAS-5
SILVIO LUIZ MIGUEL
FABIO FIGUEIREDO
GILBERTO FERNANDES
ADIL NUNES CARVALHO
MAURO ROGERIO DE SOUZA
IVONE CARDOSO ALVES
IVAN CÁSSIO DA VEIGA
MARILIS ROCHA DA SILVA
GILBERTO ZATTAR
JOCELE AMARAL DO NASCIMENTO
JOSE DA COSTA LEITE JUNIOR

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 066/2003

Prover, os servidores abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Natálio Stica, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica;

VALLERIA C. DE MOURA XAVIER - DAS-2

BERNADETE VIEIRA DINIZ - DAS-5
ANTONIO CAETANO DE PAULA JÚNIOR
SEBASTIÃO RIBAS CASTILHO
MARIA ANA DE OLIVEIRA
SHERIL TIFFANY IZUMI HOFFMANN SHIRAISHI
SIMONE CRISTINA OLIVEIRA
ANA PAULA RAITTZ CAVALLET
JUSSARA APARECIDA DEDA ALMEIDA - 1GP-1

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 067/2003

Prover, os servidores abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Doutor Luciano, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica;

ARNALDO AGENOR BERTONE - DAS-2
WAGNO RIGUES - DAS-5
CLAUDIA VANESSA DE SOUZA FONTOURA
CLOVIS HELIO GAIKTOSKI
ALCEO LUIZ RIZZI
ÉRICA BEATRIZ TEIXEIRA
WALTENCYR HAMESTER
MARIA RITA ARAGÃO
EDENISE MULLER
MAIRA CELIA PEREIRA RIGUES
GABRIEL GIACOMINI
ALDO ANTONIO GIL DA SILVA
REINALDO BOARON
CARLOS EDUARDO DAL-PRAPERES
MARIA CRISTINA MENDES DA PENHA

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 068/2003

Prover, os servidores abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Vanderlei Iensen, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica;

NOELI BRUNO - DAS-2
UILIAN DIAS BRUNO - DAS-5
PAULO FALAVINHA IENSEN
MARCIO MATEUS LACOUR
ALVINA MARIA RAMOS
CARLOS ALCIMAR ALVES RIZZARDI
JOÃO RAFAEL RAMOS IENSEN
MARCIA CRISTINA PIRES RAMOS DA SILVEIRA
NATAN VIEIRA FALAVINHA
JOSE ANTONIO DE CARVALHO
SAUDIR DE PAULA JUNIOR
ULISSES CRISTIANO TEIXEIRA
ANA MARIA TOLEDO
RITA DE CASSIA VILAGO
CARLOS PEREIRA DE ARRUDA
GERALDO CAMPANHOLI JUNIOR
ROSANA APARECIDA DE ARAUJO

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 069/2003

Prover, os servidores abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado

Mauro Moraes, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica;

ANDERSON SOUZA CRUZ - DAS-5
ORLANDO F. DE ANDRADE - DAS-2
GILBERTO PIRES DOS SANTOS
CARLOS ALBERTO DA SILVA
ORLANDO BATISTA
JOSE ORTIZ LINS - 1GP-1
RICIERI GARBELINE
JOÃO BATISTA CORDEIRO
JOAO LUIZ DE QUEIROZ MENDES
MARCELO DE SOUZA BOEIRA
BRUNO SERRA DE MEDEIROS
ADRIANO DE PAULA CIPRIANO
LUCIANO ROBERTO DA SILVA - 1GP-1
CLEVERSON NOGUEIRA - 1GP-1
RODRIGO FERREIRA CLARO
ROGERIO ANTONIO DA SILVA
JOE ROBSON COPPI

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 070/2003

Prover, os servidores abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Padre Paulo Campos, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica;

EZIO ALVES FAGANELLO - DAS-5
IVO CELESTINO BOSSAK - DAS-2
MAURO SERGIO OLIVEIRA CHAVES
JULIANA DE FREITAS
DALVA FUMAGALLI
EDILBERTO RIBEIRO TOSTES
SALETE EDUARDO DE SOUZA
TEREZINHA DE JESUS MESA BARBOSA
OSMAR CAMPOS
OSVALDO FAGUNDES DIAS

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 071/2003

Prover, os servidores abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Alexandre Curi, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica;

LOURIVAL VIEIRA JR
JOSELI CARLA DE SOUZA
HELICIO BEATRIZ
CARLOS ALBERTO ROCHA LUZ
ROSANE STEPORA
ALTAIR SERVELO
MARCELO MACEDO REBELLO
GERSON LARA DE OLIVEIRA
OCTAVIO AUGUSTO DE LEO BUCHI
NEUZA MARLI DOS SANTOS
VALDECIR SANTANA
MARCIO POLI
RODRIGO MARCEL VON J. LIPINSKI CRUZ
AIRTON RODRIGUES DOS SANTOS

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 072/2003

Prover, os servidores abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ademir Bier, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica;

ISMAEL JACOB DAL ZOT JR. - DAS-2
HANS HERBERT ZIEGEMANN - DAS-5
JAURY JACOB DE CEZARO
WAGNER JORGE ARAUJO NOGUEIRA
ANTONICO JOÃO ALTISSIMO
EILLEN ZUBEK
CARLOS CEZAR ZUBEK JR.
JOAO CARLOS SCHNITZER
ALAIR AP. MATIAK
MOACIR JOSE HANZEN
MARIA AMALIA HABB
LUIZ CARLOS DIESEL
SANDRA YARA DO NASCIMENTO MARTINS
FERNANDA FABIOLA BIER

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 073/2003

I - prover, SALIM DINIZ para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4 do gabinete da 1ª vice-Presidência, a partir de 1º de fevereiro de 2003, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, IVAM RIGOTTI para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5 do gabinete da 1ª vice-Presidência, a partir de 1º de fevereiro de 2003, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, IVENS FELIPE FERNANDES para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C do gabinete da 1ª vice-Presidência, a partir de 1º de fevereiro de 2003, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

IV - prover, RAFAEL XAVIER SCHVARTZ para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C do gabinete da 1ª vice-Presidência, a partir de 1º de fevereiro de 2003, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

V - prover, JOSÉ DOMINGOS DA SILVA para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C do gabinete

da 1ª vice-Presidência, a partir de 1º de fevereiro de 2003, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 074/2003

I - prover, NADIR STOSKI para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5 do gabinete da 3ª vice-Presidência, a partir de 1º de fevereiro de 2003, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, MARIA DO SOCORRO NOGUEIRA DOS SANTOS para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5 do gabinete da 3ª vice-Presidência, a partir de 1º de fevereiro de 2003, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, RICARDO MITSUO FUJIMAKI para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C do gabinete da 3ª vice-Presidência, a partir de 1º de fevereiro de 2003, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

IV - prover, RODRIGO JORGE PEREIRA para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C do gabinete da 3ª vice-Presidência, a partir de 1º de fevereiro de 2003, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 075/2003

I - prover, JOCELIA LUCIA BENTO PEREIRA para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5 do gabinete da 4ª Secretaria, a partir de 1º de fevereiro de 2003, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, NEELE DE ALMEIDA TORRES para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5 do gabinete da 4ª Secretaria, a partir de 1º de fevereiro de 2003, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na

base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

IV - prover, VELCI GARCIA para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C do gabinete da 4ª Secretaria, a partir de 1º de fevereiro de 2003, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

V - prover, NEUZA BATISTA DA SILVA para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C do gabinete da 4ª Secretaria, a partir de 1º de fevereiro de 2003, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 76/2003

Prover, os servidores abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Delegado Bradock, a partir de 1º de fevereiro de 2003, conforme especifica:

ADRIANO ANTONIO MROCZEK - DAS-2
RODRIGO MARCASSA - DAS-5
ELISANDRA DE PAULA GOMES
PAULO ROBERTO DA SILVA GONÇALVES
ELIAS AUGUSTO REINALDIN
MARCIO HOFFMAISTER
JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS
CARIN ANELISE BUSSMANN
WAGNER FELIPETTO
RICARDO ALEXANDRE SCHECHTEL
MARLIZE RACHID SCHWARTZ
IZEU CARLOS GOMES
SAMANTHA KATY SENTER
LAILA HAKIM MAFTUM

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 77/2003

Prover, os servidores abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Reni Pereira, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica:

IRANI FRANCISCO DE SOUZA PEREIRA - DAS-2
FABRICIO RICARDO DO NASCIMENTO - DAS-5
MARRY SALETTE DAL-PRÁ
ANE ESTER FLUGEL
VILMA FARIA
HELENA APARECIDA MACEDO
SEBASTIÃO AMAURI PEREIRA DA ROCHA
MARCIO DE AZEVEDO MOREIRA
MAURO LUCIANO REMOR
PAULO BATISTA FERNANDES
LEONILDO VICENTE LYRA

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 78/2003

Prover, os servidores abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Rafael Greca, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica:

MARISA LIPINSKI DA FONSECA - DAS-2
PEDRO CHAVES DE CAMARGO - DAS-5
LILIANE BLUME SIMAS
NADIA ABADIE ALEIXO
SAMUEL DULEBA

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 79/2003

Prover, os servidores abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete da deputada Cida Borghetti, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica:

RAFFAELLE KASPROWICZ RAMOS - DAS-2
MARIA CRISTINA DE SILVIO GOMES BARBÃO
LUIS CARLOS BORIN
VILVALDO SOUZA LIMA
LUCILIA FELICIDADE DIAS
MARIA ODETE DA SILVA REGINI
MENECIO CLEMENTE BERNARDI MULLER
JOSÉ FUGII
JOSÉ GUILHERME FERREIRA
JACIR AMANCIO BOEIRA
MARIO JOSÉ ALEXANDRE
JOSÉ DONIZETE FELIPE
SORAYA RODRIGUES ALVES ABRÃO
DORACY PAGANI
GIANNA MARIA CAMARGO DE ANDRADE
MANUEL CARAÇATO
RIZZIA CAMARGOS DE OLIVEIRA
MARCOS IRINEU GRACIANO

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 80/2003

Prover, os servidores abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ailton Araújo, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica:

GILSO TADEU DE FREITAS - DAS-5
IVO DOS SANTOS - DAS-2
LUCILDA WASILEWSKI DE ARAÚJO
ELIEL WASILEWSKI DE ARAÚJO
AMILTON CARDOSO DE ARAÚJO
PAULO SÉRGIO MOREIRA
MARCELO HENRIQUE PAULA PINTO
MARCOS ROBERTO SOARES
FLAVIO HERMES
IVAN CORIOLANO BARROS DURAND JÚNIOR

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 081/2003

I - prover MARIA ALICE PASSOS SILVESTRI para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5 do

gabinete da Liderança do PPS, a partir de 1ª de fevereiro de 2003, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, SELONITE FATIMA CARRARO para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5 do gabinete da Liderança do PPS, a partir de 1º de fevereiro de 2003, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, VIRGINIA CONCEIÇÃO REBELLO PEREIRA, para exercer o cargo em Comissão, do gabinete da Liderança do PPS, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

IV - prover, CAROLINA DE ALBUQUERQUE SCORSIN, para exercer o cargo em Comissão, do gabinete da Liderança do PPS, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

V - prover, GERALDO HERNANDES TORRES, para exercer o cargo em Comissão, do gabinete da Liderança do PPS, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

VI - prover, PEDRO ADÃO PEREIRA, para exercer o cargo em Comissão, do gabinete da Liderança do PPS, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

VII - prover, JOSÉ SILVIO GORI FILHO, para exercer o cargo em Comissão, do gabinete da Liderança do PPS, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

VIII - prover, ALOISIO KURZ SCHIAVON, para exercer o cargo em Comissão, do gabinete da Liderança do PPS, a partir de 1º de fevereiro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 082/2003

exonerar, os servidores abaixo relacionados, dos cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PPS, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica:

IRINEU STOSKI
WILIAN ROGERIO SANCHES
LUIS DE SOUZA LEAL
VIVIANE RIBAS
LUCIA MATIELLO

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 083/2003

exonerar, os servidores abaixo relacionados, dos cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PT, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica:

EDSON DUPSK
ROBERTO ELIAS SALOMÃO
KARINA CARAZZAI FONSECA
WESLEY MARTINS ALVES
JOAQUIM EDUARDO MADRUGA

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 084/2003

I - prover, LUCÉLIA CLARICE DOROCINSKI, para exercer o cargo em Comissão DAS-5, do gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de fevereiro de 2003, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, IVANI TEREZINHA DOROCINSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de fevereiro de 2003, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, JOAQUIM EDUARDO MADRUGA, para exercer o cargo em Comissão, do gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

IV - prover, FABIO HERNANDEZ RODRIGUES DE ARAÚJO, para exercer o cargo em Comissão, do gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

V - prover, MARIELZA CRISSI HOHL, para exercer o cargo em Comissão, do gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de fevereiro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 085/2003

prover, os servidores abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Elton Carlos Welter, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica:

MARIA ELISA BATTISTI - DAS-2
WESLEY MARTINS ALVES - DAS-5
SIRLEI WAYHS
PAULO HENRIQUE RODER
CARLOS ROBERTO DA SILVA
ROSANA FELIX
MARLI ELIANE ZOCCA
VALTAIR CAETANO APOLINARIO

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 086/2003

prover, os servidores abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Barbosa Neto, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica:

AIRTON CARDOSO CARVALHO - DAS-5
DENISE GUIMARÃES FREITAS
AGNALDO AMORIM DE FREITAS
JOÃO CARLOS GIMENES
GLAUCIA BARBOSA GARBELLINE-1GP-3
FABIAN DORDON TRELHA

(Prot. nº 835/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 087/2003

exonerar, os servidores abaixo relacionados, dos cargos em Comissão, junto ao gabinete da deputada Luciana Guzella Rafagnin, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica:

SANDRO MARCELINO ARRUDA
CLAUDEMIR JOSÉ FREIRE
LEVI LIRA
JANETE SINHUK

(Prot. nº 949/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 088/2003

I - exonerar, a pedido, DEISE MARIA LAZARO, do cargo em Comissão, do gabinete da Liderança do PT, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

II - prover, DEISE MARIA LAZARO, para exercer o cargo de DAS-2, do gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

III - exonerar, a pedido, LEONES DALL'AGNOL, do cargo em Comissão, do gabinete da Liderança do PT, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

IV - prover, LEONES DALL'AGNOL, para exercer o cargo de DAS-5, do gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

V - prover, LIZANDRA PIRIN, para exercer o cargo em Comissão, do gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

VI - prover, JAKELINE APARECIDA BURATTI, para exercer o cargo em Comissão, do gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

VII - prover, VALDETE APARECIDA DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, do gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

VIII - prover, ZULEIDE MACCARI, para exercer o cargo em Comissão, do gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

IX - prover, LUIS PIRIN, para exercer o cargo em Comissão, do gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

X - prover, IVETE DE JESUS ARRUDA, para exercer o cargo em Comissão, do gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

IX - prover, SIRLEY DE FATIMA GALINNA, para exercer o cargo em Comissão, do gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

XII - prover, SERGIO JOÃO KAUPKA, para exercer o cargo em Comissão, do gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

(Prot. nºs 949 à 952/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 89/2003

Prover, os servidores abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete da deputada

Elza Correia, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica;

VERA ARLANZA CLEVE DE OLIVEIRA - DAS-5
LIRIA YURICA OIKAWA ZANGIROLANI
ZOLAINE STOCCHERO ZUBINSKI
CLARICE RUFATTO TAVARES
EVANDRA KALINKA KARINS STELLA RANIERI
MARCELO FRAZÃO DE BARROS
ALESSANDRO SAFRAIDE

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 91/2003

Prover, os servidores abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado André Vargas, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica;

SULIANE SOARES - DAS-2
FERNANDA DO PRADO MOARES - DAS-5
ANTONIO CARLOS CARDOSO
EDUARDO SOARES GOMES
ANTONIO CARLOS KASPROVICZ
SIDNEI SANTOS DO SILVA

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 92/2003

Prover, os servidores abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Dobrandino Gustavo da Silva, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica;

MARIA DA LUZ FRANÇA RENAUD - DAS-2
PAULO HENRY NIEDZWIEDZ - DAS-5
MARIA RITA DOS SANTOS
TAYLOR LUIZ DA ROCHA
ROSA RIBEIRO NIEDZWIEDZ
DYOGENES HERYTON DA ROCHA
SONIA REGINA RENAUD
TELMA SARA NIEDZWIEDZ
GESIANI PIERI FALAT
FERNANDA RENAUD DE OLIVEIRA
MARCOS AUGUSTO RENAUD
AGLAER EDYNEIA NIEDZWIEDZ

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 93/2003

Prover, os servidores abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Pedro Ivo Ilkiv, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica;

ERALDO ANTONIO DE CASTRO
GRASIELE BARCELOS AMARAL
MÔNICA ANDRÉA BARCELOS DO AMARAL
(Prot. nº 734/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 94/2003

Prover, os servidores abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado

Pedro Ivo Ilkiv, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica;

RICARDO MICHAEL COUTINHO DA SILVA-DAS-2
ANTONIO GILBERTO VOLOCHEN
NORMIR JULIO MACHAJEWSKI
OSMAR ANTONIO SCHROH

(Prot. nº 972/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 095/2003

I - exonerar, a pedido, VALDECIR APARECIDO POLETTI, do cargo em Comissão, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

II - prover, MARCILENE CRISTINA POLETTINI, para exercer o cargo em Comissão, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

III - exonerar, a pedido, NATIFRANKE DA CRUZ MOCELLIN, do cargo em Comissão, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

IV - prover, MARTA MARIA MOLETA, para exercer o cargo em Comissão, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 096/2003

Prover, LUIZ EDUARDO HOLSMANN ARAÚJO, para exercer o cargo em Comissão, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 097/2003

I - prover, VILMAR CONZATI, do cargo em Comissão, DAS-5, junto ao gabinete do deputado Pedro Ivo Ilkiv, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

II - prover, RITA MARIA SAMPAIO MOTTA, para exercer o cargo em Comissão, do gabinete do deputado Pedro Ivo Ilkiv, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 98/2003

Prover, os servidores abaixo relacionados, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Barbosa Neto, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica;

DULCINÉIA JANNANI - DAS-2
RENATA RODRIGUES SIMÕES
WALTER LUIS BRAGA
JORGE AKIRA OYAMA
ASSAD JANNANI
MARCOS ANTONIO DE MELO
ROGÉRIO AUGUSTO BERTIPAGLIA
MICHELE CRISTINA BERTI
FRANCISCO CARLOS DE CARVALHO SANCHES
MARCUS VINICIUS CARAZZAI DE MATOS

(Prot. nº 981/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 99/2003

Prover, os servidores abaixo relacionados, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Jocelito Canto, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica;

MARIO BITTENCOURT DE OLIVEIRA - DAS-2
ROSANGELA MARIA MASSUTTI MAIA - DAS-5
JOSÉ MARIO RORIGUES MENDES
PAULO ROBERTO BALANSIN
JUAREZ ROQUE BOTTEGA
JOSUE ELEAZAR MARTINS
LUIS CARLOS DOS SANTOS
GISLAINE RODRIGUES YOCOTA
LILIANE DE OLIVEIRA CHOCIAL
DAISY TEREZINHA CHAVES PINTO
LUIZ FERNANDO CORREIA SILVERIO
ANTONIO LAROCA NETO
IRINEU CHOCIAL
SUSY MARI CALAÇO ALMEIDA ROCHA
EVANILDE MENDES PESCHISKI
RENATO FERNANDO DE OLIVEIRA
LUIDI CESAR CORREIA DOS SANTOS

(Prot. nº 1099/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 100/2003

Prover, os servidores abaixo relacionados, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete da deputada Elza Correia, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica:

DANIELA CLEVE DE OLIVEIRA
JOSÉ RAMOS

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", 06.02.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Pauta da CCJ:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PAUTA 02/09/2003

ÚLTIMO PRAZO

Projeto de Lei nº 292/2003, autor deputado Mauro Moraes, dispõe sobre benefícios para doadores de sangue. **Relator deputado Tadeu Veneri, designado em 05.08.2003, com vistas ao deputado Delegado Bradock em 19.08.2003, Rejeitado Parecer deputado Tadeu Veneri em 26.05.2003.**

Projeto de Lei nº 365/2003, autor deputado Pedro Ivo, altera a Lei nº 9.242, que criou o município de Vila Alta Nova. **Relator deputado Elton Carlos Welter, designado em 04.08.2003.**

Proposição Veto nº 31/2003, autor: Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 166/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre a alteração da Lei nº 13.131/2001 (Doação de imóvel ao município de Iporã). **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 05.08.2003.**

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA
RELAÇÃO DOS PROJETOS E
RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 329/2003, autor: deputado Mauro Moraes, dispõe sobre a interrupção do fornecimento de água e energia elétrica pelas concessionárias. **Relator deputado Elton Welter, designado em 02.07.2003. Vistas ao deputado Delegado Bradock em 26.08.2003.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA
RELAÇÃO DOS PROJETOS E
RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 08/2003, autor: deputado Geraldo Cartário, normatiza os serviços funerários nos IML's. Com Emendas de Plenário. **Relator: deputado Elton Welter, designado em 28.08.2003.**

Projeto de Lei nº 292/2003, autor deputado Mauro Moraes, dispõe sobre benefícios para doadores de sangue. **Rejeitado parecer contrário do deputado Tadeu Veneri em 26.09.2003. Relator: deputado Delegado Bradock. Designado em 28.08.2003.**

Projeto de Lei nº 306/2003, autor: Procuradoria Geral de Justiça, que dispõe sobre a criação de cargos no quadro de pessoal do Ministério Público do Estado do Paraná. **Relator deputado Delegado Bradock, designado em 28.08.2003.**

Projeto de Lei nº 333/2003, autor deputada Elza Correia, dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual.

Projeto de Lei nº 355/2003, autor deputado Marcos Isfer, estabelece penalidades aos estabelecimentos que discriminem pessoas em virtude de sua orientação sexual. *****Ambos anexos. Relator deputado Marcos Isfer, designado em 28.08.2003.**

Projeto de Lei nº 354/2003, autor deputada Luciana Rafagnin, dispõe sobre a proibição de construções de rodovias sem acostamento no Estado do Paraná. **Relator deputado Nelson Justus. Designado em 28.08.2003.**

Projeto de Lei nº 362/2003, autor deputado Luciano Ducci, dispõe sobre o Fundo Estadual de Prevenção ao abuso de drogas. **Relator deputado Marcos Isfer, designado em 28.08.2003.**

Projeto de Lei nº 369/2003, autor deputado Antonio Anibelli, inclui na área de abrangência da Ciretran de Mangueirinha, os municípios de Reserva do Iguaçu, Foz do Jordão e Honório Serpa. **Relator deputado Duílio Genari, designado em 28.08.2003.**

Projeto de Lei nº 347/2003, de autoria do deputado Ratinho Júnior, que autoriza a cessão de imóvel à Associação dos Amigos do Coração para Coração, com sede em Maringá. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 28.08.2003.**

Projeto de Lei nº 376/2003, de autoria do deputado Waldyr Leite, que disponibiliza vagas gratuitas nos Centros de Formação de Condutores. **Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 28.08.2003.**

Projeto de Lei nº 391/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a redação da Lei nº 9959/92 - criou o município de 4º Centenário. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 28.08.2003.**

Projeto de Lei nº 396/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que denomina Escola Estadual Romeu Pires o estabelecimento de ensino localizado no município de Pinhais. **Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 28.08.2003.**

Projeto de Lei nº 413/2003, de autoria do deputado Antonio Anibelli. Fica o Poder Executivo a determinar a doação de veículo para a Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 28.08.2003.**

Projeto de Lei nº 418/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que institui o Dia Estadual dos Surdos. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 28.08.2003.**

Projeto de Lei nº 424/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que institui a Semana de Valorização da Vida do Trabalhador no Estado do Paraná. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 28.08.2003.**

Projeto de Lei nº 431/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor deputado Nilvaldo Passos Krüger. **Relator: deputado Antonio Anibelli, designado em 28.08.2003.**

Projeto de Lei nº 433/2003, de autoria dos deputados Waldyr Leite, Marcos Isfer, Arlete Caramês e Ratinho Júnior, que concede título de Cidadã Honorária do Paraná à Sra. Chieko Aoki. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 28.08.2003.**

Projeto de Lei nº 451/2003, de autoria do deputado Rafael Greca de Macedo, que dispõe sobre a isenção de IPVA e ICMS na aquisição de automóveis para utilização por pessoas portadoras de deficiência física. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 28.08.2003.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA
RELAÇÃO DOS PROJETOS DE UTILIDADE
PÚBLICA

Projeto de Lei nº 185/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que declara de Utilidade Pública a Fundação Educacional e Assistencial Só o Senhor é Deus, com sede e foro no município de Maringá. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 27.08.2003.**

Projeto de Lei nº 241/2003, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública a Entidade Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul, com sede e foro no município de Jandaia do Sul. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 27.08.2003.**

Projeto de Lei nº 327/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a Associação Água Boa Rio Baio, com sede e foro no município de São João do Triunfo.

Projeto de Lei nº 366/2003, de autoria do deputado Carlos Simões, que declara de Utilidade Pública o Sistema de Abastecimento Rio Baio, com sede e foro no município de São João do Triunfo. *** **Ambos Anexos. Relator: deputado Duílio Genari, designado em 27.08.2003.**

Projeto de Lei nº 441/2003, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Músicos do Médio Oeste do Paraná, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand. **Relator: deputado Doutor Luciano, designado em 27.08.2003.**

Projeto de Lei nº 458/2003, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e Profissionais Liberais e de Pessoas Físicas dedicadas à atividade empresarial de Nova Esperança, com sede e foro no município de Nova Esperança. **Relator: deputado Doutor Luciano, designado em 27.08.2003.**